



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE GEOGRAFIA**  
**LICENCIATURA E BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**ENSINO DA CIDADE: A EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ COMO CONTEÚDO  
ESCOLAR, ANÁLISE DO NÚCLEO SÃO FÉLIX**

**SAMYRA DE SOUZA SILVA**

**MARABÁ-PA**  
**2018**

**SAMYRA DE SOUZA SILVA**

**ENSINO DA CIDADE: A EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ COMO CONTEÚDO  
ESCOLAR, ANÁLISE DO NÚCLEO SÃO FÉLIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), campus universitário de Marabá, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza.

**MARABÁ-PA  
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Josineide da Silva Tavares**

---

Silva, Samyra de Souza

Ensino da cidade: a expansão urbana de Marabá como conteúdo escolar, análise do Núcleo São Félix / Samyra de Souza Silva ; orientador, Marcus Vinícius Mariano de Souza. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Geografia urbana – Marabá (PA). 2. Bairros – Geografia - Estudo e ensino. 3. Áreas - Estudo e ensino – Marabá (PA). 4. Crescimento urbano. 5. Professores de geografia. I. Souza, Marcus Vinícius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 910.130776098115

SAMYRA DE SOUZA SILVA

**ENSINO DA CIDADE: A EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ COMO CONTEÚDO  
ESCOLAR, ANÁLISE DO NÚCLEO SÃO FÉLIX**

Conceito: \_\_\_\_\_.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza (UNIFESSPA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Élide Pasini Tonetto (UNIFESSPA)

---

Prof. Me. Marcelo Gaudêncio Brito Pureza (UNIFESSPA)

**MARABÁ-PA**

**2018**

*Aos meus pais (Gilberto e Maria) que sempre foram a base para todas as conquistas alcançadas até aqui.*

## AGRADECIMENTOS

Essa jornada não foi fácil e muito menos solitária, sou imensamente grata a Deus por sua infinita bondade em todas as vezes que me manteve firme nas batalhas da vida, bem como para que esta etapa fosse concluída.

Agradeço aos meus pais, Maria de Souza Silva e Gilberto Ferreira da Silva, por nunca medirem esforços para que essa conquista fosse alcançada, pois sempre acreditaram que a educação é o melhor caminho.

Ao meu companheiro e amigo inseparável, Francileno da Trindade Batista, pela parceria durante toda a caminhada acadêmica. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava. Obrigada por todas as vezes que me confortou, me reergueu e me fortaleceu com uma palavra de carinho, confiança ou apenas com um abraço silencioso. Sou grata por todo o amor, paciência e lealdade que me oferece no conviver diário. Amo você!

A minha irmã Suely de Souza Silva. Essa conquista será por nós duas.

A equipe *SHIELD* (Leandro, Valber e Leno), por toda a parceria e trocas de experiências durante a graduação, por aguentarem o meu nervosismo durante todos os seminários. Obrigada principalmente por se fazerem amigos além da graduação.

Agradeço ao Leandro Rodrigues por todas as “caronas” durante os cinco anos de graduação, por me acompanhar, me ouvir e se desesperar junto comigo durante a realização de nossas monografias.

A todos os colegas de graduação da turma de Geografia 2011 por todo o convívio, experiências e diálogos trocados durante o período do curso, em especial ao José Neto, Robson Carneiro, Leonice Pontes, Fernando Lima e Valber Santos.

Ao meu orientador Marcus Vinícius Mariano pela imensa paciência em me orientar durante o “longo” período da realização desse trabalho, obrigada pelos puxões de orelha, correções e considerações que foram de extrema grandeza para que este fosse concluído. Como um dia escutei uma aluna de geografia falando, “Vinícius é o professor do coração”, a você professor o meu muito obrigada!

A todos os professores da Faculdade de Geografia que muito contribuíram a minha formação profissional.

Agradeço a professora Maria Elena Borges dos Reis que muito amorosamente me acolheu em sala de aula e disponibilizou a turma para que este trabalho pudesse ser concluído.

Por último e não menos importante, a todos os alunos do 7º ano C da Escola São Félix, que contribuíram grandiosamente para que o presente trabalho fosse realizado.

## RESUMO

A cidade de Marabá por anos teve o seu desenvolvimento territorial e sua produção espacial urbana associada as atividades econômicas exercidas localmente, mas influenciadas por contextos regionais, nacionais e internacionais. Nos últimos anos, especificamente a partir de 2009, o espaço urbano de Marabá sofreu grandes transformações, tendo sua malha urbana expandida, influenciada principalmente pelas Ações do Estado através do Programa Minha Casa Minha Vida e também pela dinâmica do setor imobiliário impulsionado a partir do anuncio de chegada do Projeto ALPA na cidade de Marabá. Nesse sentido, diferentes formas de produção do espaço urbano em Marabá foram estabelecidas, provocando formas desiguais nesse processo de produção, assim como agravando problemas urbanos já vivenciados pela população dessa cidade. Nesses termos, o presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma proposta de intervenção didática sobre a cidade no ensino de Geografia, tendo como referência a expansão urbana da Cidade de Marabá e especificamente do Núcleo São Félix como conteúdo escolar, partindo da realidade de vivência dos alunos desse núcleo. Para cumprir com esse objetivo, fez-se necessário primeiramente realizar uma revisão teórica acerca da produção do espaço urbano e os agentes envolvidos nesse processo, com base em autores que discutem a temática em questão e, por conseguinte refletir a respeito do processo de produção do espaço urbano de Marabá e os agentes produtores implicados no encadeamento da expansão urbana dessa cidade. Tendo em vista o objetivo geral do presente trabalho, fez-se necessário também, buscar referências de autores que trabalham com propostas sobre o ensino da cidade, bem como identificar de que forma o ensino da cidade é direcionado pelo Parâmetro Curricular Nacional e o Currículo Municipal de Marabá, verificando os objetivos propostos para essa temática e o ano escolar em que o tema cidade é indicado. Para a elaboração da proposta de intervenção didática, foram estabelecidas etapas direcionadas para investigação de como essa temática é abordada e as necessidades vivenciadas pelos professores de Geografia do Núcleo São Félix através de questionários; também foi realizado levantamento acerca da distribuição dos alunos participantes da pesquisa. A proposta de intervenção didática trabalhou com a expansão do Núcleo São Félix tendo como referência o espaço de vivência dos alunos, proporcionando aos mesmos adquirir o conhecimento dos processos que levaram a transformação do lugar onde vivem, bem como utilizar de diferentes materiais no seu processo de ensino aprendizagem.

**Palavras-chaves:** produção do espaço urbano; expansão urbana de Marabá; ensino de geografia; ensino da cidade.

## ABSTRACT

The city of Marabá has for years had its territorial development and its urban spatial production associated with economic activities practiced locally, but influenced by regional, national and international contexts. In recent years, specifically since 2009, the urban space of Marabá has undergone major transformations, its urban network expanded, influenced mainly by the State Actions through the My Home My Life Program and also by the dynamics of the real estate sector driven by the announcement of the ALPA Project in the city of Marabá. In this sense, different forms of production of urban space in Marabá were established, provoking unequal forms in this production process, as well as aggravating urban problems already experienced by the population of that city. In this way, the present work aims to develop a proposal of didactic intervention on the city in the teaching of Geography, having as reference the urban expansion of the City of Marabá and specifically the São Félix Nucleus as a school content, starting from the reality of the students' experience of this nucleus. In order to fulfill this objective, it was necessary first to carry out a theoretical revision about the production of the urban space and the agents involved in this process, based on authors who discuss the theme in question and, therefore, to reflect on the process of production of the urban space of Marabá and the producing agents involved in the chain of urban expansion of that city. In view of the general objective of the present study, it was also necessary to seek references from authors who work with proposals on the teaching of the city, as well as to identify how the teaching of the city is directed by the National Curricular Parameter and the Municipal Curriculum of Marabá, verifying the proposed objectives for this theme and the school year in which the city theme is indicated. For the elaboration of the didactic intervention proposal, steps were established to investigate how this theme is addressed and the needs experienced by the teachers of Geography of the São Félix Nucleus through questionnaires; a survey was also carried out on the distribution of students participating in the research. The proposal of didactic intervention worked with the expansion of the São Félix Nucleus with reference to the space of the students' experience, allowing them to acquire knowledge of the processes that led to the transformation of the place where they live, as well as to use different materials in their process of teaching learning.

**Key-words:** production of urban space; urban expansion of Marabá; geography teaching; teaching the city.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Primeiros Núcleos Urbanos de Marabá.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 2: Expansão da Ocupação Urbana entre 1920-2004.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 3: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2005 .....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 4: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2010 .....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 5: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2018 .....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 6: Notícia do Jornal Tocantins sobre o crescimento de Marabá .....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 7: Reportagem local sobre o crescimento de Marabá.....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 8: Reportagem local denunciando a falta de serviços urbanos básicos no Residencial Vale do Tocantins.....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 9: Reportagem local sobre a carência de escolas no ano de 2012 .....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 10: Protestos dos Moradores do São Félix no ano de 2014.....</b>	<b>87</b>
<b>Figura 11: Protestos dos moradores do Residencial Tiradentes no ano de 2014.....</b>	<b>87</b>
<b>Figura 12: Atividade com os alunos sobre a distribuição dos equipamentos urbanos ....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 13: Trabalho realizado pelo grupo 1 .....</b>	<b>90</b>
<b>Figura 14: Trabalho realizado pelo grupo 2 .....</b>	<b>91</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1: Localização dos Núcleos urbanos de Marabá.....</b>	<b>28</b>
<b>Mapa 2: Expansão urbana do Núcleo São Félix.....</b>	<b>36</b>
<b>Mapa 3: Localização da escola São Félix.....</b>	<b>77</b>
<b>Mapa 4: Evolução da expansão urbana de Marabá entre 2009 e 2013 .....</b>	<b>82</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Análise comparativa entre as propostas de ensino de Geografia a partir do PCN .....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 2: Recursos utilizados para ensinar a cidade nas aulas de Geografia .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 3: Carência de recursos para trabalhar a cidade em escala local.....</b>	<b>75</b>

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1: Sobre o estudo da cidade de Marabá e do Núcleo São Félix (2018) .....</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 2: Sobre a metodologia utilizada em sala .....</b>	<b>92</b>
<b>Gráfico 3: Resultado da percepção sobre os serviços urbanos do bairro onde moram ...</b>	<b>93</b>
<b>Gráfico 4: Recurso utilizado que os alunos mais gostaram .....</b>	<b>94</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>ALPA</b>	Aços e Laminados do Pará
<b>BASA</b>	Banco da Amazônia
<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce
<b>Incra</b>	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PCN</b>	Plano Curricular Nacional
<b>PDUM</b>	Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá
<b>PGC</b>	Programa Grande Carajás
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>SUDAM</b>	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ, ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA.....</b>	<b>19</b>
1.1 Considerações Teóricas sobre a produção do espaço .....	19
1.2 Sobre a (re)produção do espaço urbano.....	21
1.2 A produção e expansão do espaço urbano de Marabá .....	27
1.3 A expansão do Núcleo São Félix pela lógica do Estado.....	34
<b>CAPÍTULO II - ABORDAGENS SOBRE A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PROPOSTAS PARA ANÁLISE .....</b>	<b>40</b>
2.1 Apontamentos sobre a cidade e o urbano .....	40
2.1.1 A cidade no ensino de Geografia: notas para análise .....	44
2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino da cidade .....	47
2.2.1 Breve histórico sobre o PCN e o contexto de sua criação .....	48
2.2.2 O PCN e os pontos convergentes com outros autores sobre o ensino de Geografia ...	53
2.2.3 O PCN e sua abordagem sobre o ensino da cidade.....	59
2.2.4 O ensino da cidade no currículo municipal de Marabá.....	64
2.3 A importância do ensino da cidade para a formação cidadã e o seu direito à cidade .....	65
<b>CAPÍTULO 3: A EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ COMO CONTEÚDO ESCOLAR: ESTUDO DO NÚCLEO SÃO FÉLIX.....</b>	<b>72</b>
3.1 Professores e as dificuldades de ensinar a cidade em escala local .....	73
3.2 Sobre a escola São Félix .....	76
3.2.1 Os alunos participantes da pesquisa.....	78
3.3 Aplicação da metodologia de ensino .....	80
3.4 Análise dos resultados da aplicação da proposta de intervenção didática .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>Referências .....</b>	<b>97</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O processo de produção espacial direcionados pelos moldes de produção capitalista tem gerado desigualdades e segregações inerentes a produção do espaço urbano. A cidade de Marabá nos últimos anos tem passado por transformações no seu tecido urbano resultante dessa lógica, como também impulsionado pelas ações do governo que através do Programa Minha Casa Minha Vida, reconfigurou e expandiu o espaço urbano de Marabá.

No processo de produção do espaço urbano tem-se agentes importantes envolvidos nesse processo, sendo o espaço, produto das relações sociais em diferentes períodos. Assim a produção do espaço é

[...] consequência da ação de agentes sociais concreto, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. [...] Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. (CORRÊA, 2014, p. 43).

Tanto o Estado quanto o setor imobiliário têm direcionado lógicas diferentes em relação a produção do espaço urbano em Marabá, o setor imobiliário nesse caso, por meio do parcelamento do solo para fins especulativo, direciona a organização e uso da cidade como mercadoria, tornado o seu acesso restrito somente a quem possui condições de consumi-la.

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007, p. 11)

Segundo Cavalcanti (2008) o espaço urbano produzido para fins habitacionais, obedece a lógica do capital, sendo comandada por diferentes agentes, no qual o Estado e os agentes imobiliários se sobressaem nessa dinâmica. A cidade é produto, meio e condição de reprodução da sociedade, restringir o acesso a ela é negar aos demais o seu direito de produzir e reproduzir espacialmente, uma vez que é na cidade que os cidadãos produzem sua vida cotidiana por meio das atividades mais simples (CAVALCANTI, 2008).

As novas formas de produção do espaço urbano de Marabá vêm desencadeando a expansão urbana em áreas mais longínquas dos centros comerciais e de outros serviços, como

também produzindo uma urbanização dispersa, essas características provocam e intensificam os problemas sociais vivenciados pela população. A expansão urbana de Marabá por meio da inclusão de novas áreas no perímetro urbano, pode ser considerada resultado do processo de especulação imobiliária gerado em torno da instalação do Projeto Aços e Laminados do Pará (ALPA).

A esse contexto soma-se o projeto governamental do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com a criação de conjuntos habitacionais em áreas afastadas do centro, e escassa de serviços e equipamentos urbanos, provocando assim a segregação residencial. Apesar do governo suprir com a questão da habitação é necessário garantir o acesso a outros espaços da cidade. Cavalcanti (2008, p. 90) afirma, “O direito de habitar é mais do que morar – é morar bem, frequentar a cidade, viver com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades”.

Nesse sentido o aprofundamento do estudo da cidade, o estudo de suas paisagens, dinâmicas, territorialidades, a forma como se organizam a vida, o consumo, a moradia e as atividades produtivas inerente a esse espaço, é de grande importância para a formação cidadã, através do desenvolvimento da sua capacidade de leitura e compreensão da dinâmica espacial urbana da cidade onde habita.

Para tanto, este trabalho tem por objetivo geral desenvolver uma proposta de intervenção pedagógica acerca da expansão urbana de Marabá e especificamente do Núcleo São Félix, visando trabalhar como conteúdo didático escolar as transformações ocorridas nos últimos anos e os fatores que desencadearam na atual configuração espacial da cidade. No intuito de alcançar tal objetivo, estabeleceu-se objetivos específicos que nos levasse a essa realização, concretizados na produção de cada capítulo deste trabalho.

Para a realização da presente pesquisa, foi necessário o levantamento e revisão bibliográfica acerca da temática trabalhada, a saber: a produção do espaço urbano, embasados em autores como Corrêa (1995) e Carlos (2015); expansão urbana de Marabá, utilizando como fonte principal Souza (2015); a cidade no ensino de Geografia apoiados nas observações de Cavalcanti (2008). Realizou-se também a análise do PCN e o Currículo Municipal de Marabá para a orientação da proposta de intervenção e escolha do ano (série) escolar. Por fim houve a aplicação e análise da proposta de intervenção pedagógica, com o objetivo de identificar os resultados obtidos com a aplicação da proposta, por meio de questionários aplicados aos alunos.



Portanto para a estruturação dos capítulos do presente trabalho, os objetivos específicos norteadores pautaram-se no alcance do objetivo geral dessa pesquisa, dessa forma os objetivos específicos, buscam:

- Analisar a lógica e os agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, e como ocorreu esse processo na cidade de Marabá e os fatores que levaram a expansão urbana.
- Compreender como é proposto o ensino da cidade para o ensino fundamental com base em documentos oficiais e na revisão bibliográfica de autores que tratam da mesma temática.
- Desenvolver uma proposta de intervenção pedagógica sobre o ensino da cidade, tendo como base a realidade de vivência dos alunos.

Dessa feita o primeiro capítulo realiza uma revisão teórica sobre a produção do espaço e a produção do espaço urbano, analisando os agentes sociais envolvidos nesse processo de produção. Em seguida, com base no referencial teórico, realizou-se a revisão bibliográfica acerca do processo de produção do espaço urbano de Marabá, elencando os fatores e agentes envolvidos no desenvolvimento territorial urbano marabaense, que desencadearam no surgimento de novas áreas e expansão urbana da cidade. Como também analisando atual lógica de produção desse espaço e os resultados na organização espacial e social decorrentes das novas lógicas de produção.

O primeiro capítulo, além de realizar a revisão teórica para dar suporte a análise da produção do espaço urbano, visa situar o leitor acerca das transformações ocorridas nas áreas urbanas de Marabá nos últimos anos, desse adota-se também um viés histórico em sua abordagem.

O segundo capítulo visa dar suporte a compreensão da cidade no ensino de geografia com base em autores que discutem essa temática, como também se recorre a análise do PCN com o intuito de verificar as orientações para o ensino da cidade de acordo com esse documento.

Dessa forma o capítulo dois apresenta uma breve conceituação sobre cidade e urbano, a fim de reforçar a inseparável análise de cada um destes. Em seguida busca-se conhecer as diferentes propostas de autores que discutem o ensino da cidade em geografia, observando as orientações que este ocorro. Por conseguinte, é feita uma breve

contextualização teórica sobre o PCN a fim de evidenciar o contexto de sua criação e os fatores que levaram a reformulação nas formas de abordagem do ensino e de determinados temas. Nesse sentido faz-se uma comparação entre essas duas abordagens destacando os pontos convergentes dessas propostas.

Diante das constantes mudanças, e da complexidade nas formas de produzir e se reproduzir na cidade, tornou-se necessário discorrer sobre a importância dessa temática, o ensino da cidade, para a formação cidadã.

Tendo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e análise crítica acerca da paisagem urbana de Marabá, bem como contribuir didaticamente para o ensino da cidade, tendo como base a realidade local, o terceiro capítulo, apresenta uma intervenção didática sobre a expansão urbana de Marabá e especificamente do Núcleo São Félix. A atividade foi desenvolvida na Escola São Félix, realizada com os alunos do 7º ano C, no qual seguiu-se as seguintes etapas: levantamento sobre o ensino da cidade e as possíveis dificuldades em trabalhar a cidade em escala local, através de questionários aplicados aos professores de Geografia desse núcleo; reconhecimento do saber prévio dos alunos envolvidos na pesquisa, assim como verificação da distribuição espacial dos mesmos, a fim de confirmar a hipótese de que estes localizam-se em áreas recém expandidas e aplicação da proposta didática, tendo como base o espaço de vivência desses alunos.

## **CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ, ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA**

“Só há espaço geográfico produzido, isto é, criado, por meio do trabalho *socialmente necessário* que o homem desempenha no seu labor cotidiano dentro do modo de produção em que está inserido e submetido” (GOMES, 1991, p. 20). Iniciamos este trabalho apresentando a noção de espaço geográfico elucidada por Gomes, sendo o espaço geográfico produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, conforme Carlos (2015). Nesse contexto, pretende-se primeiramente abordar acerca da produção e reprodução do espaço urbano conceituando e explicando os fatores que levam uma cidade a crescer e expandir sua malha urbana.

A produção do espaço por meio do trabalho humano, nos leva a afirmar que a sociedade e espaço não podem ser analisadas de forma separadas, uma vez que a sociedade se reproduz a partir da produção e reprodução do espaço. Diante desse entendimento, é necessário discorrer sobre a produção do espaço e conseqüentemente do espaço urbano, com o intuito de verificar como ocorre esse processo de produção. Para tanto, utilizaremos autores que se propõe a análise em questão. Dito isto nos basearemos nos trabalhos dos seguintes autores, Gomes (1991), Godoy (2008), Carlos (2015; 2007; 2011) e Corrêa (1995, 2014) que possuem base nos pensamentos de Lefebvre.

### **1.1 Considerações Teóricas sobre a produção do espaço**

O processo de produção do espaço possui características sociais e históricas, por meio da correlação entre a sociedade e o espaço produzido, sendo o espaço necessário para a realização humana, portanto falar de produção do espaço é falar da materialização das relações sociais de trabalho necessários para a sua reprodução. Nesses termos, antes de tecer sobre a produção do urbano, aponta-se neste momento, de forma concisa, explanar sobre a produção do espaço.

A produção do espaço para Gomes (1991, p. 8)

É um contínuo processo de construção de territorialidades espaciais em diferentes escalas geográficas, envolvendo sempre a relação interdependente homem-natureza, natureza-homem. Isto significa que a produção do espaço só é possível via trabalho produtivo/social materializado pela energia do ser humano como ser social.

Assim, o espaço é produzido através do trabalho humano, conforme a sociedade produz os bens necessários para a sua reprodução. Gomes (1991) explica que a produção do espaço possui dois significados, conforme a lógica capitalista produzir espaço é produzir lucro, enquanto para o trabalhador a produção do espaço é criar um ambiente adequado a sua existência. É importante observar a distinção dessas duas perspectivas em relação ao processo de produção do espaço, no qual é possível perceber que no primeiro trata-se de uma produção nos termos do valor de troca do espaço, enquanto a segunda prioriza o valor de uso dessa produção espacial.

Por esse ângulo, é preciso entender que o processo de produção e reprodução do espaço é heterogêneo, uma vez que a própria lógica do modo de produção capitalista se desenvolve por meio das desigualdades sociais. O que implica proferir que o produto (espaço), produzido por diferentes agentes sociais, não tem o seu aproveitamento por todos os agentes envolvidos.

Dessa forma Gomes (1991, p. 27) pontua,

Sabemos, pois, que numa sociedade em que haja propriedade privada, em que os meios de produção estão em mãos de uma classe, o usufruto social da produção também é privado. Há, assim, em todo produto, além do seu *valor de troca* (o produto adquire feição de mercadoria para a venda), o *valor de uso*, dimensão esta por natureza, *social*, que vai sendo incorporada ao processo civilizatório pela vivência.

Contribuindo para essa análise, Carlos (2011) afirma que o homem produz a si mesmo por meio da produção do espaço, essa práxis possui dimensão real e concreta, por ser o espaço, o lugar da realização humana, ao produzir/reproduzir o espaço, a sociedade reproduz a sua própria existência. De acordo com Godoy (2008, p. 128), Lefebvre ao discutir o espaço como estrutura social, afirma que “é através do espaço produzido que a sociedade se reproduz em sintonia com uma determinada ordem forjada pelas relações capitalistas de produção”.

Seguindo esse pensamento Carlos (2015) explica que o processo de reprodução do espaço, ocorre de forma desigual e contraditória mediante uma sociedade organizada de forma hierarquizada. Nesse sentido, de acordo com a autora supracitada, a cidade é palco privilegiado para a luta de classes, tendo em vista que a cidade é apropriada de forma desigual pelos cidadãos. Portanto, a autora esclarece que a desigualdade espacial é fruto da desigualdade social, ou seja, da diferenciação da apropriação dos espaços da cidade pelos diferentes grupos.

O processo de ampliação do capitalismo tornou o espaço, inclusive o espaço urbano, como propriedade privada, aumentando a segregação. Carlos (2014, p. 68) explica que a sociedade ao produzir o espaço expõe a contradição “entre o processo de produção, que é socializado, e a apropriação do espaço, que é privada”. A cidade sob o viés do capitalismo como condição para a reprodução desse sistema passa a ser concebida como limite para a expansão econômica. Neste termo o espaço como produto da reprodução social, tem a sua apropriação privatizada, produzindo a escassez desse espaço, o que acaba sendo contraditório para o próprio desenvolvimento capitalista.

O raciocínio seguido até aqui, vai de encontro com as ideias de Corrêa (2014) acerca da produção do espaço, no qual confirma que a produção do espaço é fruto de uma sociedade concreta e histórica organizada de acordo com interesses e práticas espaciais características. Ainda segundo o autor são os agentes sociais de produção que vão materializar as produções sociais por meio de um ambiente construído através de suas ações, a exemplo do próprio espaço urbano. Desse modo, para compreender a produção do espaço urbano, é preciso analisar como ocorre essa produção e quem são os principais agentes envolvidos na produção do urbano.

## **1.2 Sobre a (re)produção do espaço urbano**

Como acabamos de elucidar, a produção do espaço é resultado das relações sociais que ocorrem em determinado período, sendo sua estrutura organizacional condizente com o objetivo político, econômico e social vigente. No capitalismo o espaço passa a ser caracterizado como mercadoria, um produto, tem o valor de troca sobreposto ao valor de uso em seu processo de produção.

O processo de produção do espaço concebe o produto (espaço geográfico) como condição de reprodução, gerando assim um novo processo de produção do/no espaço. Nesse sentido o espaço urbano se apresenta como condição para o trabalho da sociedade, ou seja, sua produção é condicionante, meio e produto do trabalho social materializado regido pelo modo de produção capitalista no espaço. Compreender como o espaço urbano é produzido e apropriado, é importante dentro do que se propõe a pesquisa, no sentido de verificar as diferentes formas e estratégias de apropriação dos espaços da cidade levando conseqüentemente ao seu crescimento.

De acordo com Corrêa (1995) o espaço urbano fragmentado, articulado, reflexo e condicionante das ações sociais realizadas nesse espaço, é também campo de lutas e símbolos, pois ao produzir o espaço urbano, os agentes sociais também se reproduzem. Por meio das ações sociais materializadas no espaço, são constituídas as formas espaciais com funções urbanas específicas através dos agentes sociais concretos. As ações dos agentes sociais que produzem o espaço urbano são complexas, procedentes do próprio modo de produção capitalista e das modificações necessárias das relações de produção e reprodução que geram os conflitos de classes (CORRÊA, 1995).

Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, são, segundo Corrêa (1995, 2014), os agentes sociais que produzem e reproduzem a cidade, tendo suas ações reguladas dentro de um marco jurídico, que acaba por beneficiar os interesses de determinado agente dominante, não agindo assim de forma neutra.

Segundo Botelho (2007), para compreender a produção do espaço urbano é necessário considerar o domínio de uma determinada classe, nesse caso de uma classe mais favorecida financeiramente, na produção do urbano, pois essa classe em questão, confere grande influência no processo de produção do espaço urbano. É através dos recursos financeiros que as altas classes urbanas irão modificar as áreas da cidade conforme os seus interesses, essas modificações se observam pela fragmentação dos espaços urbanos, concentração de serviços e valorização de áreas urbanas em detrimentos de outras, como será ressaltado a seguir.

Retomando a tese de Corrêa (1995, 2014) sobre os agentes produtores do espaço urbano, afirma-se que cada um dos agentes supracitados possui estratégias distintas acerca da produção do espaço urbano, entretanto há fatores que os unem (os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários) em torno de um mesmo objetivo, a citar a questão da renda da terra por meio de sua apropriação, regido por interesses da classe dominante, em vista a dar sequência a reprodução das relações de produção (CORRÊA, 1995).

Os proprietários dos meios de produção consomem o espaço, necessitam do espaço urbano para se reproduzir, a infraestrutura urbana é requisito para isso, dessa forma de acordo com suas necessidades de reprodução, os proprietários dos meios de produção “adequam” e (re)produzem o espaço urbano de acordo com os seus interesses. As ações desenvolvidas

pelos proprietários dos meios de produção podem influenciar na localização de determinados serviços urbanos que podem demandar de boas infraestruturas, como também podem reorganizar o espaço urbano por meio do surgimento de novas áreas residenciais para abrigar a mão de obra de determinada empresa. Dessa feita, Corrêa (1995, p.15) afirma que as atividades provenientes desses agentes sociais podem modelar a cidade “produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra”.

Os proprietários fundiários, de acordo com Corrêa (1995), buscam o maior lucro possível por meio de suas propriedades, voltados principalmente para a questão da habitação, a atuação desses agentes na produção do espaço urbano está diretamente ligada ao interesse da expansão das áreas de uma cidade, uma vez que as terras urbanas possuem mais valor que as terras rurais. Desse modo a atuação dos agentes produtores em questão, são fundamentas principalmente no valor de troca.

A expansão das áreas de uma cidade, isto é, a expansão urbana, ocorre também pela integração e parcelamento do solo das áreas que se situavam nas franjas urbanas, ou seja, áreas próximas das manchas urbanas. Esses espaços, agora integrados, são frutos de especulações do setor imobiliário, que visam lucrar com o valor da terra, por meio da venda. Como afirma Carlos (2015, p. 28)

A produção do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano. O espaço, fragmentado a partir do desmembramento de antigas chácaras e propriedades agrícolas, áreas de floresta nas franjas da mancha urbana ou mesmo desocupadas em seu interior, foi, com o crescimento da mancha urbana, sendo reunido à cidade através da incorporação e venda.

Os proprietários por meio de suas ações, buscando a valorização de suas terras, atuam no espaço urbano também como promotores imobiliários, loteando os seus terrenos por exemplo. No intuito de obter maior lucro, esses agentes agem muitas vezes interferindo nas decisões do Estado em relação a organização e uso dos espaços da cidade, para tanto, pressionam o governo para a obtenção de infraestrutura urbana e assim exaltarem a boa qualidade de suas terras, em detrimento das outras áreas da cidade. Essa lógica de atuação resulta em grande parte na formação dos chamados bairros de *status* (CORRÊA, 1995).

Acerca dos promotores imobiliários, entre as suas diversas formas de atuar na produção do espaço urbano, desde a propagandas, vendas, construções, de terrenos e imóveis, os bancos e o próprio Estado também atuam como promotores imobiliários. Conforme Corrêa (1995, p. 21)

Na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas populares, face ao custo da habitação produzida capitalistamente.

É diante desse contexto que o Estado conjuntamente com os promotores imobiliários produz habitações para a parcela da população de baixa renda, uma vez que o segmento da população que possui condições de pagar pela sua moradia encontra-se saturada. A produção da habitação para as camadas populares é vista como uma estratégia que visa dar suporte a continuidade a investimentos de capital e também em geração de empregos (CORRÊA, 1995). No processo de produção do espaço urbano, observa-se que os promotores imobiliários operam de forma desigual, contribuindo para que se fortaleça a segregação, principalmente a residencial, aspecto característico da cidade capitalista.

O Estado além de atuar como promotor imobiliário, atua também como proprietário fundiário e na regulação e uso do solo. Pode-se afirmar que o Estado é um dos agentes produtores do espaço urbano mais complexos, pois este age diretamente com todos os outros agentes. De suas diversas formas de atuar nesse processo de produção do espaço o Estado controla e limita preços de terras, tem o direito de desapropriar, orienta na ocupação do solo por meio de reservas fundiárias, citando apenas algumas de suas ações.

“A atuação do Estado se faz, fundamentalmente, em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações” (CORRÊA, 1995, p. 26). Portanto o Estado não atua de forma neutra, pois tende a privilegiar determinadas classes em detrimento de outras, gerando conflitos de interesses.

Essa atuação do Estado acaba proporcionando a segregação residencial, por meio da diferenciação de impostos territoriais prediais urbanos, uma vez que a diferença de valor em determinadas áreas da cidade leva a segregação de classes por bairros. Outro fator que contribui para essa segregação é a organização diferenciada de equipamentos urbanos de consumo coletivo nos espaços da cidade.

Carlos (2015) ao falar do espaço como mercadoria afirma que este, gera lucro dentro do processo de produção do espaço urbano através da propriedade privada do solo, e que mesmo sendo uma produção social materializada, a apropriação do espaço urbano ocorre de forma desigual, o que gera conflitos entre as diferentes classes sociais.



Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço – como expressão de seu valor. (CARLOS, 2015, p. 28)

O valor de uma determinada área está associado à sua localização em relação a inserção desse local ao global, consta como elementos preponderantes ao preço desse espaço, a facilidade de acesso aos equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer, como também as condições de infraestrutura como transportes, asfaltos, luz, água, etc. A elevação do preço de determinado solo urbano, tendo como base os elementos citados, implica nas condições de reprodução social no espaço urbano, tendo em vista que grande parte da população tem dificuldade de acesso a esses serviços.

Nesse sentido as áreas de uma cidade recém produzidas vão apresentar carência desses serviços, assim como bairros já antigos onde há a concentração da população de baixa renda. Corrêa (1995, p. 27) afirma que a “segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do zero, de núcleos urbanos”. Realidade presente na cidade de Marabá, no qual a formação de novos bairros através do PMCMV, ratifica a segregação residencial, dificultando o acesso a outros espaços da cidade para seus diversos usos, como o trabalho, lazer, educação, entre outras atividades diárias.

Outra realidade presente na cidade de Marabá, inclusive característica no seu processo de expansão urbana, refere-se ao quinto agente produtor citado por Corrêa, trata-se dos grupos sociais excluídos. Estes grupos atuam na produção do espaço urbano, produzindo seu próprio espaço como forma de resistência e também como estratégia para sua sobrevivência, geralmente se apropriam de terrenos públicos e impróprios ou inadequados para os outros agentes que produzem o espaço, conforme Corrêa (1995).

Essa atuação dos grupos sociais excluídos no processo de produção do espaço urbano, ocorre na organização de uma cidade capitalista, na qual o acesso a habitação é seletivo e grande parte da população não possui acesso e renda para a moradia adequada. Ao atuarem na produção de seu próprio espaço e reivindicando junto ao Estado melhorias em seus bairros para a sua reprodução no espaço urbano, irá ocorrer, caso haja melhoria na infraestrutura do bairro, o processo valorização dessas áreas, gerando um ciclo de segregação,

no qual os moradores tendem a ser expulsos por não possuírem condições de se manter em determinada área, atraindo assim novos moradores para o bairro.

Em resumo, a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a cidade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução (CORRÊA, 1995, p. 65-66).

Como observado, os agentes produtores do espaço urbano, conforme Corrêa, citados no presente trabalho, produzem e reproduzem o espaço urbano, atuando principalmente na produção de habitações e dessa forma contribuindo para a expansão urbana. Alguns agentes atuam de forma mais direta nessa questão, outros atuam de forma indireta, tendo suas ações voltadas principalmente para a melhora ou mesmo a criação de infraestrutura urbana com a parceria do Estado, não pensando na questão da habitação, mas sim em promover a reprodução da produção de capital.

É necessário ressaltar que na análise da produção do espaço urbano, não se pode tratar os agentes de forma separada, uma vez que eles atuam ora em conjunto, ou influenciando nas ações de terceiros. Todos esses agentes contribuem e influenciam na produção e reprodução do espaço urbano, podendo alterar o uso do solo urbano, como também gerar o aumento dos espaços da cidade, com a inserção de novas áreas ao tecido urbano, como foi abordado anteriormente, decorrem das ações dos proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos. Os quatro inicialmente citados com vista ao lucro da terra e reprodução das relações de produção, já o último agindo como forma de resistência ao se reproduzir no espaço diante da cidade concebida como mercadoria.

O aporte teórico exposto se faz necessário para compreender os agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, bem como no processo de expansão urbana, uma vez que o crescimento desordenado e sem planejamento implica no agravamento de problemas já existentes na cidade. Portanto pretende-se discorrer a seguir sobre a produção do espaço urbano de Marabá, especificamente na expansão das suas áreas e os agentes envolvidos nesse processo.

## 1.2 A produção e expansão do espaço urbano de Marabá

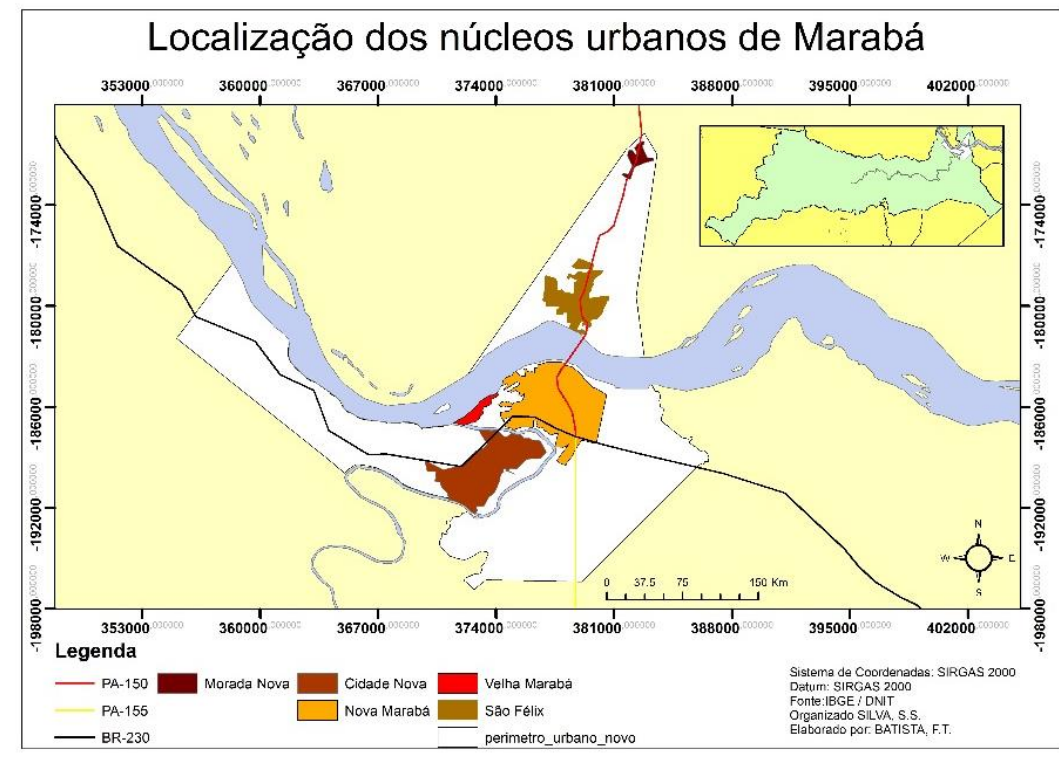
Com base nos conceitos trabalhados no tópico anterior, pretende-se analisar os fatores que levaram a cidade de Marabá, especificamente o Núcleo São Félix, a crescer nos últimos anos, mostrando como a cidade está organizada atualmente e a sua dinâmica. É preciso esclarecer que não se objetiva abordar de forma pormenorizada a formação territorial histórica geográfica de Marabá, mas sim elencar os principais fatores que levaram ao processo de produção do espaço urbano de Marabá e conseqüentemente a sua expansão, atribuindo maior atenção ao Núcleo do São Félix.

A cidade de Marabá, situada na região sudeste do estado do Pará, é considerada uma cidade média, que de acordo com os estudos de Trindade Jr., são cidades que se caracterizam por possuir grande importância no contexto urbano regional, podendo influenciar considerável número de cidades. Nesse sentido, Marabá desempenha grande influência na mediação entre metrópoles e cidades menores.

Marabá tem o seu desenvolvimento territorial relacionado aos chamados ciclos econômicos (ciclo da borracha, ciclo da castanha-do-Pará, do diamante, do ouro, da agropecuária, do ferro e das indústrias). Por conter grandes reservas minerais, como o diamante, ametista, ouro e o ferro, a cidade em questão por meio das atividades produtivas se tornou foco de atração populacional, influenciando em sua estrutura urbana (PNUMA, 2010). Cabe destacar, que não será detalhado cada ciclo econômico, uma vez que se fará uso dos fatores que contribuíram diretamente para a expansão urbana do núcleo aqui já referido.

O primeiro momento de expansão das áreas da cidade de Marabá verifica-se pelo fator migração, isto é, pelo crescimento populacional impulsionado pelas atividades econômicas exercidas na cidade, gerando a necessidade de expandir, ou seja, incluir novas áreas ao tecido urbano, uma vez que o núcleo pioneiro devido a fatores físicos não consegue abrigar o novo contingente de habitantes. Esse processo vai influir no desenvolvimento e estrutura da cidade em territórios descontínuos pela limitação do rio Itacaiunas e Tocantins caracterizando a cidade de Marabá como polinucleada, como pode se observar no Mapa 1. Assim, a cidade de Marabá possui cinco núcleos, a saber: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Félix e Morada Nova.

**Mapa 1: Localização dos Núcleos urbanos de Marabá**



Nesse sentido faz-se necessário analisar, mesmo que de forma breve, como os ciclos econômicos contribuíram para o processo de produção do espaço urbano de Marabá, bem como identificar os agentes envolvidos nesse processo e, por conseguinte tecer sobre os fatores que levaram a expansão urbana da cidade atualmente. Chama-se a atenção para evidenciar que se tem por objetivo tratar com mais ênfase os fatores que propiciaram a formação e organização do núcleo do São Félix, recorte espacial para a realização da presente pesquisa, entretanto é preciso entender o contexto da formação da cidade de Marabá.

Segundo Rodrigues (2010) as primeiras décadas do século XX é o momento pelo qual a produção do espaço regional amazônico passa por profundas mudanças decorrentes do modo de produção capitalista em expansão. Nesse seguimento a produção da Borracha contribui e altera a dinâmica econômica e populacional na região amazônica, interferindo assim na organização espacial das cidades.

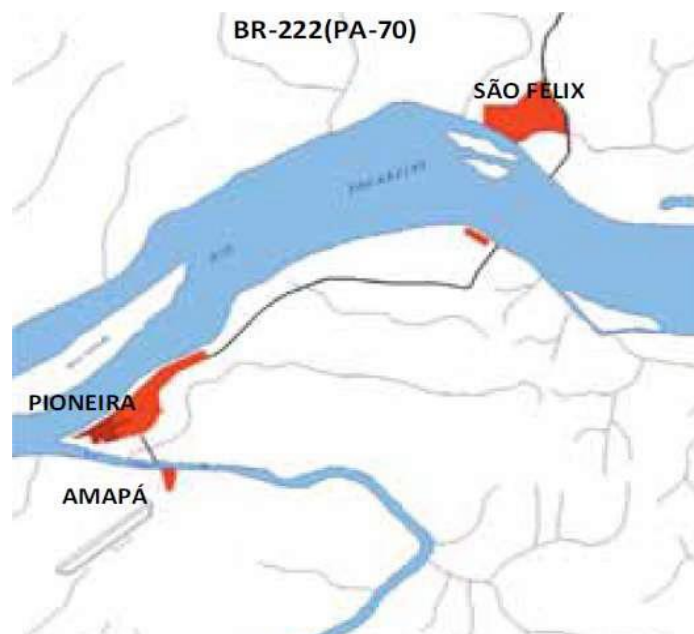
Ainda segundo Rodrigues (2010), esse contexto propicia o surgimento de novos povoados que em seguida tornam-se cidades, como no caso de Marabá. Assim, destaca-se o primeiro ciclo, o ciclo da borracha (caucho), ressaltando a importância dessa atividade para a constituição de Marabá ainda como povoado, tendo o comércio fator importante de atração para essa localidade. Esse primeiro período ocorre entre os anos 1913-1920, recorte temporal

no qual se insere a criação do município de Marabá e período no qual também se encerra esse ciclo para se iniciar o da castanha, devido à queda da produção do primeiro (PNUMA, 2010).

Novamente, o ciclo produtivo da castanha, assim como o anterior, é regido por demandas internacionais, esse ciclo compreende aos anos de 1920-1970. Nesse período a cidade de Marabá passa pelo processo de reestruturação urbana decorrente das enchentes dos rios ao seu entorno (nesse caso o Núcleo Pioneiro), as mudanças ocorridas, como o asfaltamento, construções de novos prédios para usos diversos, marcam essa mudança na cidade. Outra mudança que ocorre na área urbana de Marabá, nesse período, está relacionada ao surgimento de novos núcleos.

De acordo com Souza (2015, p.102) “No final dos anos 1960 Marabá já começava a apresentar uma tendência de se organizar em mais de um núcleo urbano, como acabou acontecendo com o surgimento de aglomerações no Amapá e São Félix”, conforme pode ser observado na Figura 1. O bairro do Amapá por situar o seu terreno em áreas mais elevadas, se tornou local de atração para a população assolada pelas enchentes, fato que levará esse bairro deixar de ser ocupado temporariamente (período de enchentes) e ter a ocupação permanente de habitação; situação semelhante ocorre nas áreas hoje correspondente ao bairro do São Félix Pioneiro (SOUZA, 2015).

**Figura 1: Primeiros Núcleos Urbanos de Marabá**



**Fonte:** PNUMA *et al* (2010).

Nesse período um fato importante a ser ressaltado é a construção da PA-70, atualmente conhecida como a BR-222, que realiza a ligação da cidade de Marabá ao fluxo rodoviário nacional, fator significativo acerca da estrutura urbana dessa cidade, que anteriormente matinha suas relações comerciais e escoação de produção através dos rios (PNUMA, 2010). A esse respeito Carvalho (1977 apud RODRIGUES, 2010) reitera que a abertura dessas novas estradas trouxe mudanças significativas para a região de Marabá, inclusive no que se tratava da escassez de mão de obra para a atividade produtiva da castanha.

É necessário salientar que nesse período o papel do Estado já se tornava bastante significativo na produção urbana na região amazônica, como também a inserção dessa região no contexto da divisão territorial do trabalho, dessa forma percebe-se novos agentes na produção desse espaço, inclusive no processo de urbanização da cidade de Marabá.

A década de 60 é bastante significativa para entender como novos agentes passaram a interferir na produção do urbano na região de Marabá, como exemplo, os projetos governamentais para o desenvolvimento regional, por meio de incentivos fiscais através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), iria implicar no solo urbano dessa cidade (PNUMA, 2010). Concomitante a essas ações se tem o início da atividade mineral.

As ações do Estado se fazem presente também no terceiro ciclo econômico (1970-1980), tendo como atividades econômicas predominantes a pecuária e madeireira, impulsionadas pelos incentivos fiscais governamentais (SUDAM). Mudanças no uso do solo urbano e rural, como a venda de terras e migrações rurais-urbanas, ocorrem novamente por ações estatais, através da implantação do Projeto de Colonização da Amazônia por intermédio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (PNUMA, 2010).

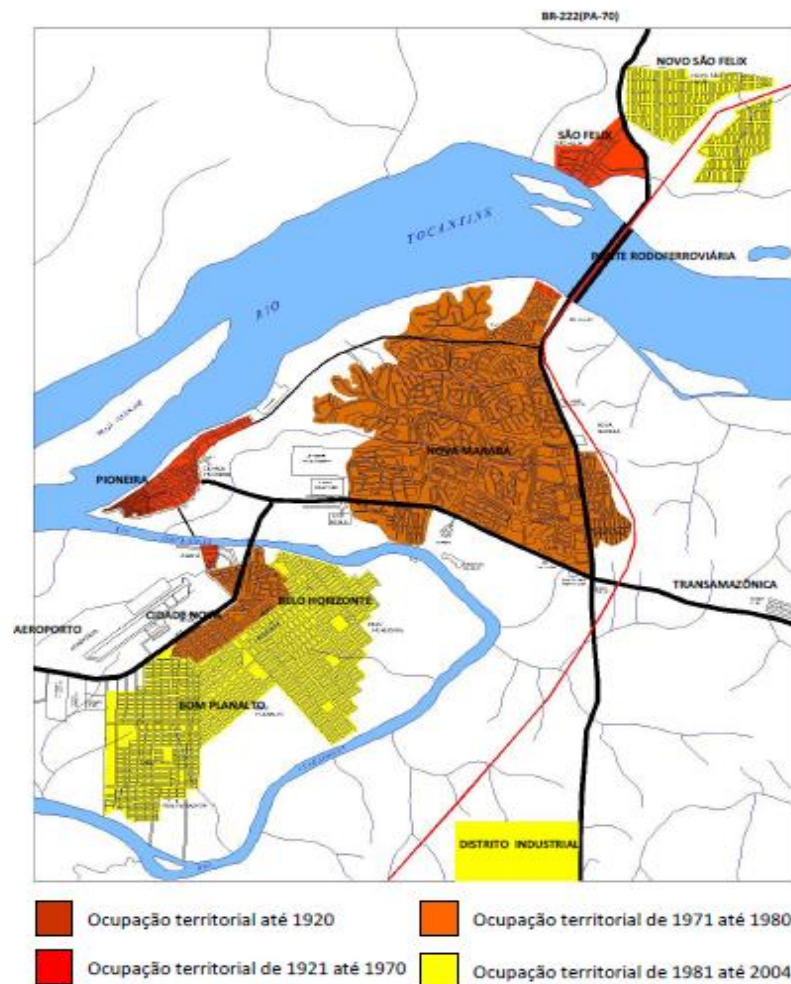
É nesse contexto que surge o núcleo Nova Marabá e Cidade Nova, sendo a Nova Marabá planejada pelo governo federal mediante o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM), para abrigar a população assolada pelas enchentes anuais no Núcleo da Marabá Pioneira. Morada Nova, por sua vez é resultado da pressão popular e da conexão da PA-70 com a Rodovia Belém-Brasília, conforme PNUMA (2010).

A expansão dos novos núcleos da cidade de Marabá, nesse caso os cinco já citados anteriormente, ocorrem devido a exploração do ouro em áreas próximas a cidade, que vai desencadear na atração de um grande contingente populacional. O quarto ciclo econômico,

dessa forma é marcado pela atividade industrial-mineral, com a ação do Estado através do Programa Grande Carajás (PGC) para regular os estudos e exploração dos minerais (ouro, ferro, cobre e níquel), tendo essas ações direcionadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), até então sendo uma empresa estatal (PNUMA, 2010).

A atividade produtiva mineral gerou grandes transformações e reestruturação do espaço urbano na cidade de Marabá, a citar a construção de duas pontes, a primeira sobre o Rio Itacaiunas, interligando o Núcleo Cidade Nova aos Núcleos Marabá Pioneira e Nova Marabá. A segunda construção trata-se da ponte rodoferroviária, que ligaria o Núcleo do São Félix ao Núcleo Nova Marabá, como exposto na Figura 2, essa segunda construção sobre o Rio Tocantins possui a ferrovia que tem por objetivo a escoação do minério até o Porto de Itaquí.

**Figura 2: Expansão da Ocupação Urbana entre 1920-2004.**



Fonte: PNUMA *et al* (2010).

Pode-se afirmar que a expansão urbana de Marabá está diretamente relacionada as ações do Estado, que interferiu significativamente para a produção desse espaço urbano, contribuindo constantemente na mobilização populacional entre os municípios da região amazônica, pelos fatores já explicitados. Compreende-se que a migração ao longo desse período gerou a necessidade de maior organização nos espaços da cidade, inclusive na inclusão de novas áreas por meios dos núcleos urbanos. A respeito do contingente populacional variável ao longo dos anos nesse município, deve-se observar a sua conexão com as atividades econômicas correspondentes a cada período que tanto atraiu, como também repeliu durante os períodos de declínio dessas atividades produtivas.

A respeito da Figura 2, observa-se a inclusão territorial do distrito industrial ao perímetro urbano de Marabá, essa área já fazendo parte dos novos limites territoriais urbanos, aprovado pela Lei nº 10.957/89. A presente Lei, foi aprovada pela Câmara Municipal de Marabá, devido ao processo de expansão urbana pela ocupação espontânea (lotes irregulares), decorrentes do crescimento populacional originado pelo declínio da atividade aurífera próxima a cidade de Marabá. Sobre as mudanças resultantes das atividades industriais no espaço urbano de Marabá, Souza (2015, p.114-115) contribui, explicando que a

A expansão urbana de Marabá no período de maior destaque da dinâmica do setor industrial (pós-1980) teve como vetores os núcleos Cidade Nova e São Félix, sendo que das ocupações urbanas surgidas durante a década de 1980, que totalizam oito, sete delas estão distribuídas entre estes dois núcleos, sendo quatro no São Félix e três na Cidade Nova, demonstrando que a expansão urbana daquele momento tem nas ocupações urbanas uma característica preponderante, surgidas por motivos já anteriormente enunciados, e que, em alguns casos, ainda se mantém atualmente em situações de litígio pela propriedade da terra.

Assim, a formação socioespacial de Marabá tem como elementos preponderantes as atividades econômicas executadas, situadas em contextos locais, regionais e até mesmo em contexto nacional, acrescenta-se também as ações e programas do governo que oportunizou grande dinamismo e crescimento da cidade, somando-se aos grupos sociais, que em busca de emprego e conseqüentemente de moradia, contribuíram para a produção e expansão desse espaço.

As atividades produtivas, os fluxos migratórios, as ações governamentais e estratégias do capital para a região amazônica, e especificamente Marabá, nos leva a compreender os fatores que levaram a expansão urbana dessa cidade, bem como verificar os



envolvidos na produção e organização desse espaço. Seguindo esse pensamento, retomamos a seguinte ideia

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 1995, p. 11).

É válido ressaltar que as alterações e usos do solo urbano da cidade de Marabá se dá em grande parte associada a contextos regionais, nacionais e mundiais, tendo em vista os fatores econômicos e políticos imbricados na lógica de produção do espaço urbano Marabaense. Como explicitado anteriormente nos ciclos econômicos, as atividades produtivas em sua maioria eram voltadas para o mercado externo, resultando no espaço urbano organizado para atender interesses de fora. Bem como os programas do governo que visavam o avanço do capital na região amazônica, como afirma Rodrigues (2010, p. 97)

O processo de transformações induzidas pelas políticas do Estado, pelo avanço do grande capital em direção à Amazônia, bem como, pela ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano-regional contribuíram para a configuração de novas tendências de urbanização na Amazônia Oriental, a partir dos anos de 1970, quais sejam: maior incremento da urbanização regional; estruturação de uma rede urbana complexa (CORREA, 1987; RIBEIRO, 1998); surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias ou ligados a projetos de colonização, a exemplo de Rondon do Pará, Paragominas, Rurópolis, Uruará, Tucumã, Dom Eliseu, dentre outros; surgimento de cidades ligadas à exploração mineral (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás); urbanização concentrada na capital; estagnação das cidades em áreas de pouco impacto das frentes de expansão econômica (cidades marajoaras); a implantação de “Company Towns”; a consolidação do processo de metropolização de Belém; além de revigoração de centros articulados a uma nova dinâmica local, Marabá e Santarém (CORREA, 1987; VICENTINI, 1998; TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007).

Portanto, compreende-se que o processo de urbanização de Marabá está intrinsecamente ligado aos chamados ciclos econômicos e ações estatais, como foi ressaltado anteriormente, dessa forma as atividades extrativistas e programas do governo predominantes em cada ciclo e posteriormente, contribuíram para a consolidação da cidade de Marabá, atraindo grande contingente populacional que demandaria de transformações na estrutura da cidade, como a inclusão de novos núcleos e posteriormente com novos limites ao perímetro urbano.

### 1.3 A expansão do Núcleo São Félix pela lógica do Estado

De acordo com PNUMA (2010) o surgimento do núcleo do São Félix data de 1963 e atualmente é composto pelos seguintes bairros: São Félix Pioneiro, São Félix I, São Félix II, São Félix III, Jardim São Félix, Loteamento Vale do Tocantes, Residencial Tocantins e Loteamento Novo progresso. Esse núcleo passa a constituir o perímetro urbano de Marabá em 2009, com a expansão desse perímetro de acordo com o Plano Diretor de Marabá, abrangendo também nessa extensão do perímetro o núcleo de Morada Nova (SOUZA, 2015). Vale lembrar que a ocupação do núcleo do São Félix se iniciou ainda no ciclo da castanha, conforme abordado anteriormente, a expansão desse núcleo é impulsionada pela construção da ponte rodoferroviária, que liga esse núcleo aos demais da cidade.

A abordagem da expansão urbana do Núcleo São Félix se dará a partir desse momento pela lógica do Estado conforme Souza (2015), baseado nas ideias de Abramo sobre essa lógica de produção espacial. Souza (2015) realiza uma análise acerca da produção e expansão do espaço urbano de Marabá relacionados as atividades industriais, principalmente do projeto Aços e Laminados do Pará (ALPA), que provocou enorme expansão nas áreas da cidade, pelo mercado imobiliário e o programa de financiamento habitacional do Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A lógica de produção do espaço urbano, de acordo com Abramo, se baseia em três vertentes acerca da produção habitacional, a saber: a) a lógica do Estado, que ocorre por meio do provimento de terras, ou mesmo moradias para determinados grupos sociais; b) a lógica do mercado, no qual o acesso à terra e a moradia é estabelecido de acordo com o seu poder aquisitivo, ou seja, com o seu poder de compra individual ou coletivo; c) a lógica da necessidade, corresponde aos indivíduos, que sem condição de participar das duas lógicas citadas anteriormente, ocupam terras públicas ou privadas como meio para se reproduzir na cidade com a construção de moradias (SOUZA, 2014; PERA, BUENO, 2017).

A lógica do Estado<sup>1</sup> no processo de produção e expansão do espaço urbano de Marabá pode ser correlacionada a crise financeira internacional ocorrida em 2008, que acarretou em mudanças nas formas de atuação do mercado imobiliário, como também no ramo da construção civil (SOUZA, 2015). Conforme Souza (2015), o Estado por intermédio

---

<sup>1</sup> Pretende-se direcionar maior atenção a lógica do Estado no processo de expansão do Núcleo São Félix, devido aos objetivos e recorte espacial da presente pesquisa. Essa escolha justifica-se também pela metodologia de ensino utilizada na proposta de intervenção sobre o ensino da cidade/expansão urbana, que será detalhada no capítulo três.

do PMCMV tenta diminuir o efeito dessa crise no Brasil, essa ação gerou a expansão da produção imobiliária, no qual foi concedido a ampliação de crédito para compra e construção de imóveis.

De acordo com Trindade Jr. (2007), Marabá já assumia grande importância como centro urbano regional devido as suas atividades produtivas (agropecuária, indústrias minerometalúrgicas, extrativismo), fatores que são importantes para compreender a formação da cidade aqui analisada. A respeito da relevância dessa cidade no contexto regional, Trindade Jr. (2007, p. 139) ressalta

Hoje, além de sua importância econômica para o sul/sudeste paraense, é notável seu papel como entroncamento aeroviário e rodoferroviário para as cidades menores de sua sub-região. Ademais, a articulação de Marabá com regiões vizinhas, inclusive fora da Amazônia, por meio das novas vias de circulação, fez da mesma uma das principais cidades da Amazônia brasileira, após os maiores centros urbanos regionais. Assumem importância, nesse caso, as rodovias Transamazônica, PA-150, BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás, que articulam a Amazônia brasileira a diversos municípios considerados espaços de novas oportunidades econômicas e de investimentos capitalistas.

Seguindo por esse viés, Marabá, assim como outras cidades desse mesmo porte (cidades média) são focos de atração para investimentos do setor imobiliário. De acordo com Souza (2014), baseado em Melazzo e Sposito, o PMCMV passou a impulsionar a produção imobiliária, fato esse que gerou profundas mudanças nas áreas periféricas de Marabá.

Assim como outras cidades de mesmo porte no restante do país, Marabá também começou a receber investimentos imobiliários a partir da financeirização deste mercado e da expansão do PMCMV. Porém, há uma característica que confere singularidade ao processo nesta cidade: a expectativa da construção de uma siderúrgica, chamada de ALPA (Aços Laminados do Pará), anunciada em 2008, que previa a oferta de 16 mil empregos diretos durante sua fase de construção (SOUZA, 2014, p. 101).

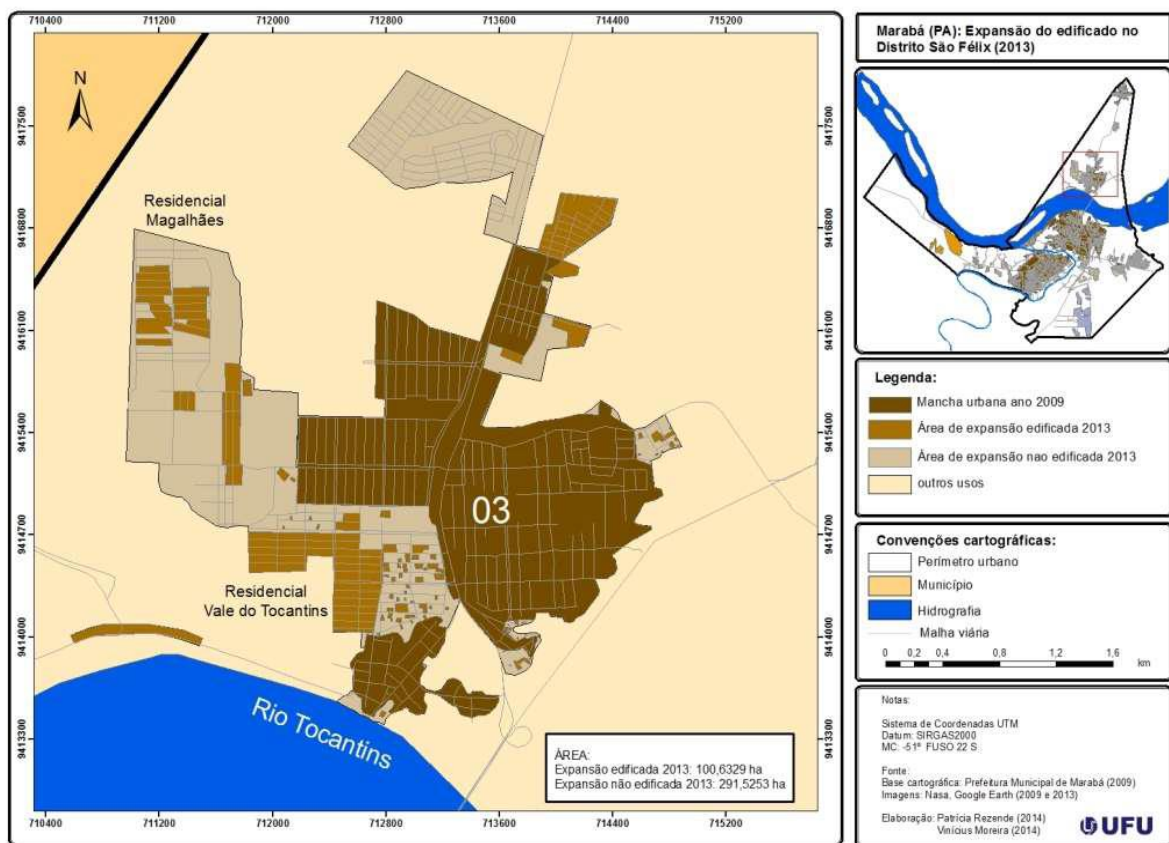
A respeito do projeto ALPA em Marabá, este foi paralisado em 2012, entretanto, os migrantes decorrentes da expectativa desse projeto já se encontravam na cidade de Marabá, contribuindo para o déficit habitacional, pois uma vez que essa população se encaminhou para a cidade, visava se fixar do mercado de trabalho, com os possíveis empregos gerados por esse empreendimento, o que acabou não ocorrendo (SOUZA, 2015).

Nesse momento é preciso enfatizar novamente a questão do contingente populacional mobilizado em torno de empreendimentos e atividades econômicas geradas e impulsionadas por diferentes agentes produtores do espaço urbano, e consequentemente responsáveis pela

expansão da cidade. Segundo Souza (2015) nos anos entre 2008 e 2010, o município de Marabá recebeu 21.541 pessoas, que segundo o autor, comprova que esse aumento populacional é decorrente da expectativa da instalação da ALPA em Marabá.

A população migrante é de grande importância para a compreensão dessa análise, pois esta população pode estar inserida como proprietário fundiário, promotor imobiliários, grupos sociais excluídos ou mesmo atuando em conjunto com o Estado, interferindo assim na produção dos espaços da cidade.

**Mapa 2: Expansão urbana do Núcleo São Félix**



Fonte: Souza, 2015

No mapa 2, acima, pode-se observar a expansão urbana ocorrida no Núcleo São Félix até o período de 2013, ano subsequente ao da entrega das casas do Residencial Vale do Tocantins (1090 residências do PMCMV). A expansão urbana desse núcleo explica-se pela lógica do Estado, através dos loteamentos e conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal implantados nesse núcleo (SOUZA, 2015). Ainda segundo Souza (2015, p. 141)

A evolução do edificado nesta área, que é bastante representativa, está diretamente relacionada com a construção destes conjuntos habitacionais. A

área expandida foi de 392,1582 hectares, dos quais 100,6329ha foram realmente edificadas, o que corresponde a 26% do total.

A expansão da área urbana do Núcleo São Félix por meio das ações governamentais, não teve os seus serviços e equipamentos urbanos acompanhando esse crescimento territorial e populacional. A população, que já era dependente, das áreas centrais da cidade no que se refere aos serviços públicos urbanos de consumo coletivo, hospitais, escolas e áreas de lazer, como também em relação aos serviços bancários e mercado de trabalho, passam a ter esse problema agravado. Essa situação compromete o uso dos espaços da cidade, pois não possuem autonomia para circular, tendo o seu direito de ir e vir comprometido, uma vez que a população de Marabá já sofre com a ausência de transporte público de qualidade.

Sobre as consequências da lógica de produção do Estado na cidade de Marabá, Souza (2015, p. 236) explica

A lógica de estado na produção do espaço urbano marabaense, materializada na constituição de conjuntos habitacionais do PMCMV, tem, por um lado, colaborado para a diminuição do déficit habitacional, principalmente por possibilitar à população economicamente mais desfavorecida a oportunidade de deixar o aluguel e aceder à casa própria. Entretanto, como visto, isto não tem sido suficiente para ofertar a esta população uma melhor qualidade de vida e, ao contrário, tem contribuído para ampliar as desigualdades socioespaciais pelo espaço urbano desta cidade, à medida que a decisão de viver neste local não foi tomada pela população e sim pelas alianças entre o poder público e o capital imobiliário, já que a construção deste e de outros residenciais foi realizada em antigas propriedades, que foram compradas de um proprietário fundiário e, neste caso específico, até mesmo a mudança na legislação municipal foi necessária, com a ampliação do perímetro urbano.

A nova leva de habitantes no município, deu força ao desenvolvimento do mercado imobiliário, que por meio de vazios urbanos, das terras não edificadas, buscava-se a especulação do solo urbano, ou seja, a valorização dessas áreas. Souza (2015) afirma que das novas áreas acrescidas pela mudança do perímetro urbano, a área edificada corresponde apenas a 18%, nesse caso em relação a extensão do perímetro em toda a cidade e não apenas em um núcleo. Esses vazios urbanos para fins especulativos, dificulta ainda mais o uso e acesso do solo urbano para as suas moradias, implicando em dificuldades para que esses cidadãos possam ter condições adequadas para sobreviver e reproduzir dentro do espaço urbano.

Essa espera por valorização de terrenos urbanos é característica do modelo de cidade mercadoria, em que há a comercialização dos espaços da cidade. A ideia da cidade como mercadoria, baseia-se na lógica, da qual o acesso a cidade é condicionado pelo mercado formal em que parcelas da cidade são comercializadas, contribuindo para a especulação

imobiliária (SOUZA, 2015). A cidade como mercadoria, vai desencadear poder de uso complexos sobre esse espaço, decorrentes do setor financeiro e a forma como este se apropria, o que implica na forma de apropriação de outros agentes, caracterizando essa produção de forma desigual, dessa forma

A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2014, p. 47).

As diferentes lógicas de produção do espaço urbano de Marabá no período de 2008, atrelado ao início das atividades industriais pelo Projeto ALPA, trouxe mudanças significativas para os usos e consumos dos diferentes espaços da cidade de Marabá, como também intensificou as formas de produzir e se reproduzir nesse espaço. Pode-se afirmar que a expansão urbana desencadeada pelos fatores abordados no presente capítulo, ratificou a segregação social, por meio da lógica estatal, a qual foi dado maior ênfase. Nessa perspectiva, retomamos Botelho para falar da ação do Estado sobre a sua atuação para a habitação popular.

O modelo de financiamento estatal para a população mais pobre ainda está vinculado ao financiamento à oferta de moradias construídas em terrenos comprados pelas companhias habitacionais e construídos por empreiteiras, sem oferecer outras opções de localização à população atendida pelo poder público, o que gera um confinamento dessa população em áreas distantes e precárias em termos de infra-estrutura, equipamentos urbanos, oportunidades de trabalho, estudo, consumo e lazer. (BOTELHO, 2007, p. 41)

A expansão urbana por essas lógicas de produção, promoveu ainda mais a segregação espacial da população residente dos conjuntos habitacionais, uma vez que a população antiga do núcleo São Félix já enfrentava problemas (em relação aos transportes, serviços de saúde, educação, lazer, entre outros) para se reproduzirem socioespacialmente. Acrescenta-se a esses moradores residentes do Residencial Vale do Tocantins, área de expansão a partir de 2012/2013, problemas enfrentados na infraestrutura urbana do próprio bairro recém-formado. O exposto confirma, a tese de que além da moradia, os habitantes precisam de acesso aos demais serviços urbanos para que possam ter uma vida de qualidade no espaço citadino.

Com o exposto, é analisando a cidade, espaço de reprodução da vida humana, de acumulação e circulação do capital, que se compreende a materialização do trabalho dos diversos agentes envolvidos no processo de produção e expansão do espaço urbano, do

crescimento das cidades e conseqüentemente do aumento das desigualdades sociais pelos diferentes acessos e usos desse espaço, apreendendo sobre essa realidade.

Assim se faz necessário analisar a cidade e o urbano no ensino de geografia, por ser espaço essencialmente social, onde, por meio de suas ações cotidianas, ocorre nesse espaço as relações sociais de reprodução, sendo de extrema importância o seu conhecimento para a busca do Direito à cidade. Como também analisar a contradição da produção do espaço urbano de Marabá pelo Estado, uma vez que possibilita a construção de conjuntos habitacionais, mas não consegue suprir com as necessidades da população, que já vivem em situações debilitadas pela carência dos serviços urbanos. Nesse sentido compreender as mudanças ocorridas no espaço urbano de Marabá, se faz de extrema importância para orientar os estudantes em suas práticas sociais cotidianas.

## **CAPÍTULO II - ABORDAGENS SOBRE A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PROPOSTAS PARA ANÁLISE**

A cidade, espaço privilegiado de concentração social, de produção e reprodução, tem sido destaque para muitos estudos ao longo dos anos, devido a sua importância enquanto *locus* de produção social. Estudar a cidade por meio da ciência geográfica, proporciona um campo amplo de abordagens para esse tema, desde a localização, análise de produção econômica e social, movimentos sociais e culturais, entre outros.

As transformações ocorridas pelo modo de produção capitalista, alterando os espaços da cidade constantemente para atender a sua lógica de acumulação, resulta em usos da cidade de formas diferenciadas, bem como a produção de forma desigual, segregando grande parte da população e favorecendo pequenos grupos. Esta realidade influi nas formas como a sociedade se organiza no espaço intraurbano. Assim, o ensino da cidade contribui para o entendimento dessas formas distintas de apropriação e produção dos espaços da cidade.

No presente capítulo (capítulo dois), pretende-se discorrer sobre a importância do ensino da cidade para a compreensão espacial em suas diferentes lógicas de produção, para o entendimento da importância desse conhecimento para a participação da vida social e política. Desse modo, buscou-se fazer primeiramente uma discussão acerca do conceito de cidade e urbano, como também a relação (inseparável) desses dois temas, para em seguida identificar como cidade/urbano são propostos para o ensino de Geografia com base em documentos oficiais e revisão teórica de autores que tratam dessa seguinte temática.

### **2.1 Apontamentos sobre a cidade e o urbano**

Os estudos sobre a cidade e o urbano tem se tornado cada vez mais relevantes para sociedade atual, haja vista, que grande parte da população mundial se concentra nessas áreas. Ao se tratar da cidade como um conceito ou categoria de análise em um determinado estudo, o termo urbano aparece vinculado a cidade. De certo, cidade e urbano não podem ser analisados separadamente, apesar de não serem sinônimos, ambos se complementam.

Vasconcelos (1999) ao realizar uma análise histórica sobre a utilização dos conceitos cidade, urbano e lugar, verifica a dificuldade no consenso sobre a definição do conceito de cidade. Esta, definida por vezes, como espaço de concentração, produto histórico das sociedades distintas ao longo do tempo, reflexo de uma dada sociedade de acordo com o seu modo de produção, sendo definida também como o oposto ao campo. Já a definição de



urbano, por diferentes olhares, é abordado como um modo de vida, ou o que se refere a cidade. Para o autor supracitado, cada definição está associada a diferentes visões teóricas, como também a períodos distintos, portanto, gerando visões múltiplas para cada conceito.

Lencioni (2008) ao discorrer sobre os conceitos de cidade e urbano, reitera primeiramente, que conceituar um determinado fenômeno, envolve um grau elevado de conhecimento sobre o objeto, e que essa conceituação é fluida, podendo haver transformações de acordo com o período de sua formulação. Uma vez que o conceito é o reflexo do real e este se modifica ao longo do tempo, logo, a conceituação irá se modificar também (LENCIONI, 2008). Nesse sentido, observa-se abordagens distintas para as conceituações de cidade e urbano, sendo (re) formulados pelas constantes modificações do seu objeto.

Conforme Lencioni (2008, p. 114) “Tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente”. A autora ainda afirma, que se considerando uma análise histórica a ideia de cidade precede a ideia de urbano.

Algumas observações são levantadas por Lencioni (2008), que merecem cuidado em suas abordagens segundo a autora, como por exemplo a cidade, pela visão mais clássica da geografia, como resultado da interação entre o homem e o meio, sendo um produto social, entretanto, não é toda relação entre homem e meio que vai gerar uma cidade. Chama-se a atenção também para a visão de cidade como espaço de aglomeração, de pessoas ou moradias, pois estaríamos considerando qualquer aglomeração humana com residências, como cidade (LENCIONI, 2008). A autora ainda reitera outros aspectos que se deve ter atenção quando se trata da cidade, tal como, número de habitantes para se definir uma cidade, ou mesmo, considerar atividades agrícolas somente ao âmbito rural.

Dessa forma, durante o processo de conceituação da cidade, é preciso estabelecer e localizar-se espaço-temporalmente, ou seja, situar o objeto de estudo no seu tempo histórico, considerando o seu contexto espacial, durante o processo de reflexão e construção conceitual. Assim, por se tratar do estudo da cidade, observar quem são os agentes produtores desse espaço.

Para alguns autores, o urbano surge a partir da industrialização, no qual as funcionalidades e organização dos/nos espaços da cidade, referentes as atividades sociais e econômicas, passam por intensas mudanças. Lencioni (2008) pautada nas ideias de Lefebvre,

explica que o urbano surge no âmbito de uma cidade industrial, ressalta também que muitos autores recorrem a esse viés, como é o caso de Lefebvre e Castells, mas explica que essa abordagem se aplica ao contexto histórico espacial vivenciado pelos autores.

“Como uma das expressões da produção social a cidade tem passado por transformações intimamente relacionadas com os modos de produção” (ARAÚJO, 2012, p. 134). A cidade concebida em sua historicidade, passa de política a comercial. Antes, espaço para a tomada de decisões, substitui-se agora por espaço de trocas comerciais. Assim, um espaço se sobrepôs ao outro pelas mudanças no modo de produção e conseqüentemente nas relações sociais.

A firmação do comércio nos espaços da cidade, antecede o processo de industrialização, que logo alcança esse espaço; a cidade antes negada por sua distância das fontes de energia e matéria prima, passa a ser espaço de busca pelas indústrias por oferta de mão de obra e do próprio comércio (ARAÚJO, 2012). Esse processo gera profundas mudanças na cidade, quanto a sua morfologia, novos espaços surgem afastados dos centros, formando uma anticidade, que o autor explica ser a sobreposição do valor de troca ao valor de uso da cidade. “É como se a cidade fosse compelida a se transformar em uma gigantesca empresa” (ARAÚJO, 2012, p.136).

É por esse viés, que a lógica de produção do espaço urbano de Marabá nos últimos anos esteve relacionada, no qual Souza (2015), evidencia que as estratégias de reprodução do espaço urbano de Marabá seguiram a lógica da cidade mercadoria, conseqüentemente, havendo áreas urbanas para fins especulativos, sobrepondo o valor de troca ao valor de uso. Essa realidade sendo resultado das “promessas” sobre a instalação do projeto ALPA, na cidade em questão.

Para Carlos (2015) quando se discute o valor do espaço, esse espaço é concebido como mercadoria e que pertence a alguém, sendo assim sua propriedade, este diante do seu poder sobre essa parcela do solo urbano, pode definir as classes que terão acesso, como também decidir as suas formas de uso. Desse feito, Carlos (2015, p.47) explica:

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica). O preço é expressão do seu valor. O valor de uso é o sustentáculo conceitual do tratamento geográfico dos problemas de uso do solo. Todavia, a teoria do uso do solo urbano deve ser analisada a partir da teoria do valor, fundamentada da unidade entre valor de uso e valor de troca.

Assim, os diferentes alcances de apropriação do solo urbano podem gerar segregações socioespaciais, tendo em vista as diferentes classes que habitam uma cidade. Segundo Carlos (2015), o valor do solo urbano está sujeito a sua localização e inserção em âmbito global, para tanto, considera-se o acesso a meios de consumo coletivo e infraestrutura urbana. Essas características, conforme a autora, resulta em condições de vida distintas, quando refere-se ao uso destes, pelos diferentes segmentos sociais, esse uso sendo gerenciado pelo mercado diante de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido a cidade é vista de maneiras particulares pela sociedade e por aqueles que produzem dentro do solo urbano. Para o primeiro a cidade é espaço de habitação e de consumo coletivo através dos seus equipamentos urbano como, escolas, hospitais, transportes, entre outros. Nesse caso o morador apresenta-se como consumidor dos espaços da cidade e dos objetos contidos nesses espaços. O segundo tem a cidade como espaço de produção, também necessário para garantir a fluidez de seus produtos e que deve agregar serviços que são necessários para o êxito de suas atividades produtivas, sendo assim a cidade caracteriza-se por ser espaço de concentração dessa necessidade de circulação do capital (CARLOS, 2015).

Dessa forma, ao se tratar do uso do solo urbano, a cidade para Carlos (2015, p.15) “[...] enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações”. Sendo essas ocupações dos lugares da cidade, determinada por ações diversas, de habitar, de consumir ou de produzir. O espaço urbano, por sua vez, sendo um produto, da própria produção social, é visto também como espaço que propicia a circulação e produção do capital, gerando um modo de vida para a sociedade que habita esse espaço (CARLOS, 2015). “Em síntese, o entendimento da cidade só pode ser alcançado a partir da unidade de dois níveis de análise: aquele do capital e o da sociedade como um todo onde o indivíduo é antes de mais nada um cidadão com todos os direitos que o termo implica” (CARLOS, 2015, p.81).

Cavalcanti (2008, p.66) contribui, explicando que a cidade “é um conjunto de objetos e de ações; contudo, ela expressa esse lugar como espaço de existência das pessoas, e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado”. É na cidade que se expressam os diferentes modos de vida, que conseqüentemente irá expressar um modo de produção vigente, econômica e social. Considerando o espaço urbano como produção, a cidade enquanto sua forma, deve ser analisada por meio de suas formações históricas sociais e econômicas, bem como as diferentes formas de apropriação desse espaço, como também os diversos agentes envolvidos o seu processo de produção.

Conforme exposto, a cidade é compreendida como produção humana, que ao mesmo tempo que promove as condições necessárias para a vida da sociedade, é produto e meio das atividades cotidianas, que expressam tanto as relações sociais, como as dinâmicas econômicas; é também espaço de lutas, de contradições, de diferentes grupos que coexistem nos espaços da cidade, sendo o lugar da diferença e de práticas diversas da sociedade. Essa complexidade que a cidade e a produção do espaço urbano apresentam, geram a necessidade de se pensar formas de ensinar tal temática, viabilizando a formação crítica e consciente dos alunos de suas práticas urbanas cotidianas.

### **2.1.1 A cidade no ensino de Geografia: notas para análise**

Autores como Cavalcanti, Callai, Castrogiovanni, entre outros, que abordam sobre o ensino de geografia, afirmam que o ensino desta disciplina deve ter como ponto de partida a análise da lógica espacial local, isso fará com que o aluno se envolva, quando se utiliza dos elementos presentes em sua realidade, de forma que a aprendizagem dos conteúdos trabalhados aconteça da maneira mais concreta possível, para que o aluno se perceba como agente social ativo em sua realidade local. Esses autores corroboram com a ideia de que a experiência desses indivíduos e o seu espaço vivido deve ser considerado no processo de ensino aprendizagem em geografia, afirmam ainda, que os alunos através de sua relação cotidiana com o seu meio de vivência adquirem conhecimentos geográficos.

“É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses” (CASTROGIOVANNI, 2000, p.13). É preciso analisar as realidades contemporâneas, aproximar as teorias, o conhecimento acadêmico ao cotidiano, a vivência.

A produção do cotidiano revela os conflitos humanos, as contradições da sociedade situadas no conjunto de problemas humanos de nossa época. O cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tampouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades (CARLOS, 1996, p. 144).

De forma a contribuir com a compreensão das práticas espaciais cotidianas, a cidade, o urbano, o lugar, apresentam-se como temas norteadores para a investigação dessas práticas espaciais. A construção desses conceitos elencados, visam o desenvolvimento formativo e intelectual do aluno, destacando o comportamento ativo do mesmo nesse processo (CAVALCANTI, 2013).

A cidade como objeto de estudo, as suas formas, conteúdos, contradições, as produções desse espaço, os agentes envolvidos, os conflitos, desigualdades e segregações presentes, são aspectos da vida cotidiana dos estudantes de extrema importância para se abordar e trabalhar criticamente em sala de aula, indo além da simples definição do que se é cidade ou urbano, segregação, atividades econômicas, entre outros. Sobre a questão da definição de conceitos Callai (2000, p. 104), explica

De um modo geral, muitos conceitos estão presentes no dia-a-dia de nossas vidas. Os alunos têm as suas próprias concepções a respeito de muitas coisas. Porém o trabalho de superação do senso comum como verdade e a busca das explicações que permitem entender os fenômenos como verdades universais, exige que se faça reflexões sobre o lugar como o espaço de vivência, analisando a configuração histórica destes lugares para além de suas aparências.

Para Callai (2000) a cidade é lugar de concentração, onde ocorrem as relações humanas de formas intensas e complexas, é o espaço onde grupos de pessoas dividem o mesmo território para exercer suas atividades e necessidades básicas de morar, trabalhar; é o espaço que aproxima e distancia as pessoas. Para estudar a cidade é preciso verificar a leitura que cada indivíduo tem deste espaço, essa leitura pode ser feita utilizando os diversos temas presentes na geografia escolar, da localização as características físicas, dos aspectos sociais aos aspectos políticos e econômicos, pois cada uma dessas características é que dão forma as paisagens urbanas e a sua organização (CALLAI, 2000).

Conforme a autora supracitada, os temas urbanos devem ser analisados e contextualizados considerando a escala social, política e econômica a qual se inserem. A esse respeito Callai (2010) considera que é necessário conduzir o aluno na busca de diferentes escalas de análise para se estudar determinados fenômenos, pois estes fenômenos não se explicam por si só, a partir de apenas um lugar, uma vez que o estudo conduzido dessa forma corre o risco de se tornar simplista. A autora ressalta que é importante considerar de onde iniciar o estudo de determinado fenômeno, desse modo explica:

Os fenômenos acontecem no mundo, mas são localizados temporal e territorialmente em um determinado 'local'. Isto quer dizer que fenômenos que acontecem em certos lugares e em determinados períodos têm influência noutros lugares e noutros períodos, inclusive. As explicações, sejam sociais, econômicas ou naturais (no sentido do espaço físico), podem ser buscadas no lugar em si, mas não se esgotam nele apenas. Outros níveis de análise devem ser considerados[...] (CALLAI, 2010, p. 59).

No que se refere a escala de análise para o estudo urbano, Cavalcanti (2008, p.65) explica que a “opção por uma determinada escala de análise expressa um enfoque, uma

problemática a ser investigada”. Nesse ponto a autora desta que em uma escala intraurbana pode-se analisar a vida cotidiana e suas relações com os espaços da cidade, bem como a produção, circulação, moradia, elementos presentes e característicos das dinâmicas internas atuais nos espaços da cidade (CAVALCANTI, 2008).

A cidade em si, por apresentar dinâmicas de relações e produções de espaços tão complexos, deve ser trabalhada com bastante cuidado. Para Cavalcanti (2008) a cidade por ser um tema de ensino na geografia escolar de grande complexidade, merece uma abordagem interdisciplinar, se valendo da construção de vários conceitos, assim como do desenvolvimento de capacidades e habilidades pelo aluno.

De acordo com Cavalcanti (2008) a cidade se apresenta como um tema no qual se pode trabalhar com conceitos mais concretos do estudo geográfico, como paisagem, lugar e território. Ao abordar a cidade através de cada um desses conceitos, diversos elementos podem ser analisados dentro do espaço urbano, sua configuração espacial, mobilidade, territorialidades, equipamentos dispostos nesse espaço, o movimento diário de pessoas para o trabalho, escola, como também pode evidenciar exclusões.

Os alunos vivenciam no seu dia-a-dia os fatores expostos acima, desse modo, cabe ao professor promover o confronto entre os diferentes saberes, a partir do encontro entre o saber cotidiano do aluno e o saber científico. Cavalcanti (2008, p. 58) enfatiza

[...] é importante conhecer ou considerar os conhecimentos que os alunos têm de seus espaços vividos na cidade, levando em conta que eles são uma construção constante e dinâmica, e que nessa construção interferem sua experiência, seus deslocamentos cotidianos (a cidade conhecida é, em grande medida, a cidade vivida por meio dos deslocamentos), seu contexto familiar e social, e também suas aprendizagens e seus conceitos [...]

Nesse sentido o professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem, deve considerar o aluno como sujeito central nesse processo de ensino, ponderando de acordo com a capacidade cognitiva desses alunos.

É importante frisar que a forma de abordagem escolhida pelo professor, refere-se ao seu seguimento teórico durante sua formação. Para Schäffer (2010) o ensino da cidade está diretamente relacionado a percepção que o professor possui do seu ambiente de trabalho, ou seja, do meio ao qual os seus alunos fazem parte, assim como o seu compromisso com a sua função social, irão direcionar a importância que o docente dará a cada conteúdo ensinado em sala de aula. Para tanto o mesmo precisa ter domínio dos temas tratados.

As mudanças teóricas e metodológicas que direcionavam o pensamento geográfico, refletido em suas produções e formas de tratamento acerca de um determinado tema, alcançavam o ensino na orientação docente e na condução dos conteúdos trabalhados em sala. De acordo com cada abordagem, os conteúdos poderiam ser tratados de maneiras descritivas, em relação aos seus aspectos físicos e de localização, muitas vezes negligenciando o caráter social e político de determinado tema.

De acordo com Schäffer (2010, p. 112-113) o próprio tema cidade/urbano passou por abordagens diferenciadas, conforme a visão teórica e metodológica de um determinado período, podendo ser destacada três abordagens diferentes, a saber: 1) é priorizado a localização no ensino da cidade, como também a sua origem e atividades básicas; 2) essa abordagem muda após a 2<sup>o</sup> guerra mundial e com a mundialização do capitalismo, assim a cidade passa a ser pensada como um sistema constituído de várias partes, onde o planejamento territorial ganha destaque para fins de equilibrar o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades socioespaciais; 3) a cidade passa a ser analisada por meio de suas relações sociais e de produção, destacando as contradições presentes nesses espaços, a partir da década de 70 com o movimento de renovação da geografia, propondo o posicionamento crítico e a compreensão do meio vivenciado pelos alunos, e a medida com que o aluno se enxerga como produtor desse espaço, possa agir a favor de sua transformação. Observa-se, dessa forma que as atuais propostas de ensino visam, que por meio dos temas trabalhados em sala, principalmente os relacionados a cidade, contribua para a formação cidadã, sendo construída através do conhecimento espacial, dos processos econômicos que transformam os espaços, como também das desigualdades geradas por esse modelo de produção espacial da cidade.

## **2.2 Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino da cidade**

Ao tecer o presente tópico sobre o ensino da cidade no Parâmetro Curricular Nacional (PCN), pretende-se fazer uma breve contextualização acerca do movimento de renovação teórica metodológica da ciência geográfica, que culminou em mudanças na geografia escolar. Essa análise se atentará ao contexto histórico socioeconômico, revelando as mudanças emergentes no espaço geográfico, que no âmbito da leitura das ações da sociedade sobre o meio, necessitou de novas formas de olhar para essas transformações que se desencadeavam naquele período.

As mudanças sociais e econômicas ocorridas expõem os objetivos que levaram o Estado à formulação do PCN e as ideias pensadas para este documento, como também destaca os agentes envolvidos na criação do mesmo. Com base na revisão bibliográfica de autores que analisaram os Parâmetros Curriculares Nacionais durante o seu processo de elaboração e inserção, apresentaremos pontos convergentes e divergentes sobre essa proposta curricular e como ela foi recebida pelo professorado.

O tema cidade e espaço urbano não podem ser considerados assuntos aleatórios e distantes dentro do ensino de geografia, devido a importância dessa temática para o conhecimento e formação cidadã dos alunos com o olhar crítico para a realidade vigente. Para analisar e compreender um determinado fenômeno, não se deve apenas procurar entender suas partes, tratando o objeto de estudo de forma isolada sem conhecer o seu contexto e as condições que o originaram. Destarte, antes de iniciar a explanação sobre o tema cidade e urbano dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), faz-se necessário discutir esse documento no contexto de sua elaboração, buscando entender as motivações para a criação do mesmo e os objetivos propostos para o ensino fundamental e para a disciplina de geografia, no caso desta pesquisa no 3º e 4º ciclo.

### **2.2.1 Breve histórico sobre o PCN e o contexto de sua criação**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos que compõem grades curriculares que podem ser seguidas e adaptadas pelas escolas de acordo com o ambiente em que estão inseridas, servindo como orientação para a elaboração dos currículos escolares. Trata-se de um documento para orientar as escolas com os conteúdos a serem trabalhados em cada ano do ensino fundamental e médio. Esse documento faz parte da política educacional discutida no período da década de 1990 a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos realizado na Tailândia, e que surge através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira<sup>2</sup> (LDB) no ano de 1996, sendo resultado de uma ampla discussão acerca da educação, no qual o Brasil busca cumprir com os compromissos assumidos nessa conferência no que se refere a qualidade e aos objetivos do ensino (BRASIL, 1997).

O Parâmetro Curricular Nacional começa a ser debatido e formulado concomitante a reforma na área educacional no Brasil e subsequente ao período de movimento de renovação da Geografia, período pelo qual esta ciência passou por uma “crise” no que concerne ao seu

---

<sup>2</sup> Lei Federal de nº. 9.394 aprovada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1997, p.15).



objeto e método de estudo. Para Moraes (1998) essa crise na ciência geográfica, se deve ao descontentamento de um considerável número de geógrafos quanto a Geografia pela perspectiva tradicional<sup>3</sup>, esse movimento de renovação almejava buscar novos meios que possibilitassem reflexões e análises acerca das mudanças constantes no espaço geográfico.

Segundo Moraes (1998, p. 94-96) os motivos que levaram a crise dessa Ciência Geográfica Tradicional e, por conseguinte a sua renovação, podem ser compreendidas através de três pontos, que se explica da seguinte maneira:

- As mudanças no âmbito econômico configurada pelo “desenvolvimento do modo de produção capitalista”, o início dos monopólios e “a intervenção estatal na economia”, levaram a mudanças na organização do espaço e planejamento do território. A ideia do planejamento territorial, através da intervenção do Estado na economia, levantou a necessidade de se pensar formas de manifestação para as mudanças em curso, a qual a perspectiva tradicional da geografia não convergia com esse objetivo.

- O tradicionalismo da geografia não dava mais conta de explicar a complexidade daquele contexto, pois os lugares não poderiam mais ser analisados como por si mesmos, uma vez que se articulava com outros espaços, de acordo com a presente organização espacial, resultado da economia mundializada. Dessa forma a análise do espaço, antes feita para explicar locais por si só, não oferecia possibilidades para a compreensão das novas articulações estabelecidas no espaço.

- A própria fundamentação filosófica a qual a geografia tradicional se apoiara, o positivismo, aparece como o terceiro ponto que impulsiona o movimento de renovação, uma vez que a realidade se tornava cada vez mais complexa e os métodos de pesquisas da ciência positivista foram considerados ultrapassados, para cumprir com esse estudo.

Percebe-se, conforme os pontos expostos, a necessidade de mudanças na Geografia tanto em sua fundamentação teórica filosófica, como também em seus métodos de pesquisas, que conseguissem explicar as transformações em curso no espaço geográfico, de cunho cada vez mais complexos. Como observado acima, essas mudanças decorrentes da economia globalizada, que intensificaram de modo acelerado os processos de urbanização e modificações no espaço agrário, entre outros fatores, acentuando as desigualdades e injustiças sociais, com as segregações e exclusões de grande parcela da sociedade. Nesse sentido a

---

<sup>3</sup> A geografia tradicional baseava-se no positivismo. Dentro da ciência geográfica positivista o pesquisador é apenas um observador, tendo seu estudo limitado aos aspectos visíveis e que pudessem ser mensuráveis e palpáveis. Seus métodos para análises estavam amarrados a descrições, enumerações e classificação de um determinado fenômeno (MORAES, 1998).

Geografia Crítica viria romper com as pesquisas de concepções tradicionais inviáveis de suprir com os apontamentos aqui evidenciados.

A Geografia Crítica apresenta-se como um posicionamento frente à realidade, na qual busca a transformação dessa realidade social, concebendo o conhecimento como um instrumento para o processo de luta por uma sociedade mais justa, dessa maneira a análise geográfica estaria pautada a favor da libertação do homem (MORAES, 1998).

Ao citar Milton Santos em sua obra “*Geografia: Pequena História Crítica*”, Moraes (1998, p.126) explica que a Geografia crítica pode ser compreendida como “um agrupamento de perspectivas diferenciadas”, que se manifestam em “oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta”, logo, o conhecimento geográfico passa a ser concebido como um meio pelo qual se pode combater o cenário presente.

Assim “[...] a renovação geográfica passa a ser pensada, em termos de teoria e prática, como uma práxis revolucionária, naquele sentido de que não basta explicar o mundo, pois cumpre transformá-lo” (MORAES, 1998, p. 117). Desse modo, o autor enfatiza que é necessário analisar o espaço como a base da vida social, e a sua organização como consequência das atividades econômicas.

Diante desse cenário, é no final da década de 70 que se inicia no Brasil o movimento de renovação teórica da Geografia como ciência e conseqüentemente da Geografia Escolar. De acordo com Cavalcanti (1995), convergindo com as ideias de Moraes (1998) aqui apresentadas, um dos objetivos desse movimento de renovação era a busca por uma mudança na função social da Geografia (CAVALCANTI, 1995; GEBRAN, 2004).

Segundo Pontuschka (2009, p. 68):

O movimento de renovação do ensino da Geografia nas escolas fez parte do chamado movimento de renovação curricular dos anos 80, cujos esforços estavam centrados na melhoria da qualidade do ensino, a qual necessariamente, passava por uma revisão dos conteúdos e das formas de ensinar e aprender as diferentes disciplinas dos currículos da escola básica.

Conforme Pontuschka (2009) o objetivo da renovação curricular que procedeu no período da década de 80, não estava centrado apenas em elencar conteúdo a ser seguido, mas sim de realizar a revisão metodológica e de fundamentação teórica, sendo este movimento ligado já a Geografia Crítica. Nesse período em questão, cada estado da federação, juntamente

com os municípios elaboravam os seus próprios currículos. Entretanto, essas propostas dos estados receberam críticas pela Fundação Carlos Chagas, por meio de professores do ensino superior para avaliar essa proposta. Na década de 90 os estados passam a perder essa autonomia, através da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que elaborou uma proposta curricular para ser referência em todo o Brasil, os PCN's, adotando uma "política educacional centralizadora" (PONTUSCHKA, 2009, p. 74).

No que condiz ao contexto social, político e econômico, que influenciaram na criação do Parâmetro Curricular Nacional, é importante mencionar que há pesquisas que analisam a relação desse documento com a política neoliberal<sup>4</sup>, no qual afirmam que o cenário mundial pós 2º guerra, com novos modelos de acumulação e no processo econômico, desencadeou a necessidade de uma reorganização social, com vista a atender as necessidades do capitalismo, sendo a escola a instituição máxima para a realização desse feito. Dessa forma as discussões a luz das políticas educacionais no Brasil, pautavam-se nesse novo cenário mundial, e a mudança na área educacional apresentava-se como estratégia do Estado para suprir com as novas exigências, "treinando" a sociedade para as necessidades do mercado. Nesse sentido as mudanças na área educacional passaram a ser necessárias para que o Estado alcançasse as exigências externas e se adequasse a nova política de globalização que se instalava no Brasil.

Através do que foi produzido e debatido nas universidades sobre as novas tendências da geografia, foi que chegou nas escolas do ensino fundamental e médio o movimento de renovação da Geografia como disciplina escolar. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), por exemplo, em 1987 publicou a revista *Terra Livre* com artigos voltados especificamente para a área de ensino de Geografia, contribuindo para debates acerca de reflexões sobre o ensino dessa disciplina (PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE, 2009; PONTUSCHKA, 2012). As produções e os debates promovidos nos eventos buscavam aproximar o que estava sendo debatido nas universidades, em relação a sociedade, a política e a economia, ao que era ensinado nas escolas, através dos conteúdos escolares.

Assim, o movimento de renovação da Geografia alcança as escolas através dos docentes, que em sua formação, puderam ter acesso e acompanhar os debates que ocorriam no âmbito acadêmico sobre o processo de renovação da ciência Geográfica, como também de

---

<sup>4</sup> Os estudos sobre as políticas neoliberais e as suas influências na organização social, econômica e política, bem como sua relação com a educação, são de suma importância para a compreensão e análise da história educacional no Brasil, porém não objetivamos estender o debate sobre esse assunto, uma vez que em nossa pesquisa, almejamos apenas situar brevemente o leitor acerca do momento histórico na elaboração do PCN.

peças que se envolviam nos encontros promovidos para esses debates, similarmente com as produções sobre o ensino de geografia desenvolvido na época. Houve cursos de capacitação para os docentes, organizados em parceria entre diversas Secretarias Estaduais de Educação e as Universidades, com o objetivo de oferecer acesso as metodologias relacionadas ao movimento de renovação do ensino de Geografia, em consequência da renovação dessa ciência (PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE, 2009; PONTUSCHKA, 2012).

Em vista dos elementos apresentados até aqui, observa-se que os PCN's surgem em um contexto onde as discussões sobre a educação ganham importância em consequência das críticas pelas quais a política educacional brasileira estava passando, assim como o quadro econômico e social, o que vai suscitar em uma reforma na política educacional entre as décadas de 80 e 90.

O MEC, de acordo com esse documento, o PCN, visava:

[...] uma educação de qualidade que assegurasse às crianças e aos jovens brasileiros, mesmo nos locais de infraestrutura restrita e condições desfavoráveis, o acesso aos conhecimentos socialmente elaborados reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (PONTUSCHKA, 2009, p. 74).

Diversos autores, como Cavalcanti (1995), Gebran (2004), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), Pontuschka (2012), Kaercher (1997), destacam que o documento em questão foi alvo de grandes debates e críticas por profissionais da área educacional. Em suas análises, os autores em questão, ponderam que a ausência de diálogos com os professores do ensino fundamental e médio, fez com que o documento passasse por rejeições. Para Spósito (1999) seria inviável um documento que julgasse o que deveria ser ensinado sem a participação dos principais envolvidos no processo educacional.

Kaercher (1997) analisando o PCN, apresenta o posicionamento da AGB no encontro dos Geógrafos em 1996 em relação a este documento, o autor afirma que apesar da visão coerente presente no texto, nos conteúdos propostos em nenhum momento o texto mostra “[...] como efetivamente se possa operacionalizá-los permanecendo o texto como uma espécie de simples “aconselhamento de bom-mocismo”[...]” (KAERCHER, 1997, p. 30).

Corroborando com as ideias expressas por Kaercher (1997), Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009), Pontuschka (2012), Gebran (2004) declara que tanto o processo de elaboração desse documento, como o conteúdo em si demonstram a centralização política na tomada de decisões, de cunho conservador, no qual se tem nos PCN's “[...] uma visão idealista de

professor, escola e aluno, que não condiz com a realidade educacional brasileira”. Essas afirmações levam em consideração a falta de diálogo durante o seu processo de elaboração, pois deixou de fora desse debate os principais envolvidos no cotidiano escolar, destoando da realidade desse ambiente (GEBRAN, 2004, p.15).

Segundo esses autores o distanciamento das propostas curriculares ao cotidiano escolar, impede a efetividade dessa proposta, mesmo que os conteúdos se apresentem relevantes e que haja coerência em seus textos. Portanto, corrobora-se com Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) que esses modelos de propostas que visam auxiliar o professor e contribuir para o processo de reflexão de seu trabalho, deve primeiramente estar pautado na própria realidade social da escola. Apesar de ser sugerido no PCN que as abordagens dos conteúdos propostos contemplem a relação com o lugar vivido, observa-se que se trata da sugestão de uma relação e não que se trabalhe diretamente com o espaço de vivência do aluno.

Concorda-se com Kaecher (1997) ao afirmar que o documento em si, não é o problema, mas sim o descaso do governo com as escolas públicas brasileiras, pois nesse sentido o documento não resolverá o problema da educação brasileira apresentando apenas propostas de conteúdo a serem trabalhados, e mesmo que as orientações para o processo de ensino aprendizagem se mostrem coerente, ainda assim é um obstáculo diante da realidade das escolas públicas, tendo em vista que o problema não se trata apenas do que ensinar ou como ensinar. Corroborando com a ideia supracitada, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) reiteram que o PCN deve ser utilizado com o princípio de auxiliar os professores, contribuindo para a elaboração de seu próprio planejamento, e que o mesmo esteja pautado na realidade da comunidade escolar.

### **2.2.2 O PCN e os pontos convergentes com outros autores sobre o ensino de Geografia**

Entre críticas, reprovações, diversas análises e estudos no que se refere a esse documento, não se pode negar a sua importância enquanto material de referência para orientações de propostas curriculares estaduais e municipais, bem como para as possibilidades e flexibilidade na organização de um plano de curso. Neste sentido Cavalcanti (1999) vai além das divergências e obstáculos que se apresentam nesse documento, assumindo o papel de importância que lhe é admitido, a autora se debruça em suas possibilidades de ensino para direcionamento na produção do conhecimento, enfatizando pontos coerentes no texto e indispensáveis para o saber geográfico.

Segundo a autora supracitada muitos estudos foram realizados acerca do ensino de geografia, área que tem ganhado espaço em eventos, congressos, seminários, entre outros, que dessa forma tem contribuído para reflexão do processo de ensino-aprendizagem em geografia. Cavalcanti (1999) acredita ser possível fazer uma ponte entre os documentos oficiais e os estudos que tem sido feito a luz do currículo, conteúdo, metodologia, didática e orientações teóricas, uma vez que tanto os documentos oficiais, como as pesquisas nessa área buscam tentativas na “[...] reestruturação da Geografia escolar para que ela cumpra melhor sua tarefa social para os dias atuais” (CAVALCANTI, 1999, p. 126).

Para que a proposta de ensino em Geografia tenha valor no processo de formação dos alunos em cidadãos críticos e participativos, a autora ressalta que “ideias motrizes” tem ganhado importância para o encaminhamento desse processo, no qual destaca:

- O construtivismo como atitude básica do trabalho com a Geografia escolar
- A “geografia do aluno” como dimensão do conhecimento geográfico construído em sala de aula
- Seleção de conceitos geográficos básicos para estruturar os conteúdos de ensino
- Definição de conteúdos procedimentais e valorativos para a orientação das ações, atitudes e comportamentos sócio-espaciais (CAVALCANTI, 1999, p. 126)

Ao explicar sobre as “ideias motrizes” que tem se destacado no ensino de geografia, a autora enfatiza pontos importantes presentes no PCN que vai de encontro com as propostas de estudiosos que pensam uma nova significação para o ensinar geográfico. No quadro comparativo abaixo, observa-se os pontos ressaltados por Cavalcanti, no que tange as possibilidades de ensino nas orientações do documento oficial (PCN), com as propostas de outros autores que buscam novas formas de ensinar geografia.

Quadro 1: Análise comparativa entre as propostas de ensino de Geografia a partir do PCN

Ideias motrizes	Parâmetro Curricular Nacional	Outras Propostas
<b>O construtivismo como princípio básico no ensino de Geografia.</b>	No PCN a concepção construtivista se apresenta na orientação pela busca de diferentes práticas pedagógicas ao analisar um determinado fenômeno, a cada ciclo do ensino fundamental, complexando cada vez mais o estudo desse fenômeno, de modo que o aluno construa novas percepções sobre esse assunto.	<p>Kaercher propõe que o ensino seja uma “construção coletiva do saber” aliando as informações com a reflexão do sujeito diante do mundo que lhe é apresentado.</p> <p>Vesentini aconselha que o ensino siga a lógica construtivista, na qual o aluno aprenda a questionar e buscar novas respostas, ao invés de só reproduzir o que lhe é transmitido, a escola, que segundo o autor, possui a função indispensável à reprodução da vida, é o espaço para desenvolver essas habilidades no aluno como instrumento de libertação.</p>
<b>O espaço de vivência dos alunos como ponto de partida para a construção do conhecimento geográfico em sala de aula.</b>	O PCN indica que as percepções que o aluno possui sobre um determinado lugar, sua vivência naquele espaço são elementos importantes a ser desenvolvido em sala de aula para ir de encontro com o conhecimento sistematizado em sala de aula.	<p>Cavalcanti afirma que tanto os professores como os alunos em suas práticas cotidianas produzem geografia, dessa maneira é essencial que se considere os conhecimentos prévios dos alunos.</p> <p>Damiani faz contribuições acerca da construção da cidadania, considerando a experiência do aluno conforme se apropriam do espaço em suas diferentes escalas de análise.</p> <p>Kaercher afirma que geografia não é só o que o livro apresenta, pois, a geografia também está presente em nossas ações diárias, como no próprio trajeto casa-escola.</p>
<b>A construção de conceitos através do desenvolvimento do conteúdo.</b>	De acordo com o PCN, os conceitos de lugar, paisagem, região e território irão direcionar na estruturação dos conteúdos, ou seja, a seleção de conteúdos está baseada nessas categorias de análise da geografia.	<p>Kaercher chama a atenção para não colocar os conceitos prontos, mas sim que sejam construídos através do conteúdo trabalhado.</p> <p>Coll indica que a construção de conceitos é necessária para que o aluno possa categorizar e classificar, em seguida fazer generalizações do espaço estudado, ultrapassando o estudo do particular.</p>

<b>Seleção de conteúdos procedimentais e valorativos para a orientação das ações e comportamento dos alunos no meio em que vivem.</b>	<p>Na Geografia os conteúdos procedimentais, de acordo com o PCN, se referem aos temas que tem por objetivo, ao trabalhar com eles, desenvolver habilidades e capacidades na leitura do espaço geográfico, como por exemplo, a capacidade de observação, como também de analisar e fazer correlações, isso se aplica a procedimentos necessários para a compreensão das mais diversas paisagens, territórios e lugares.</p>	<p>Sobre a utilização da cartografia dentro dos conteúdos procedimentais, referentes a Geografia, podemos fazer as seguintes considerações: Castrogiovani aconselha que o uso do mapa não se restrinja só a disciplina de Geografia, mas que seja usada em outras áreas do conhecimento também.</p>
		<p>Nesse mesmo sentido, Simielli contribui com esse pensamento ao propor trabalhar com os materiais cartográficos já prontos, para através dos mesmos iniciar os alunos a uma leitura crítica, fazendo correlações e assim produzir suas próprias representações através de maquetes, mapas mentais ou croquis.</p>
	<p>Em relação aos conteúdos valorativos, observa-se que os objetivos estão voltados para formação de atitudes e valores para com o meio em que vivem, os conteúdos devem contribuir para as ações dos alunos com base em valores construídos. Pode-se citar como conteúdo para a formação de valores, os temas cidade e ética ambiental.</p>	<p>Para Carlos, a cidade através das relações sociais existentes presentes nesse espaço, pode influenciar na formação do sujeito, como também na formação de valores por meio do contato com diferentes grupos que se encontram nos espaços da cidade.</p>
		<p>Schaeffer ressalta que ao trabalhar com o tema cidade, mesmo que o foco seja o lugar, é necessário pensar de forma abrangente, que busque o envolvimento com esse espaço em atitudes e participações.</p> <p>Sobre a questão ambiental Lana de Souza Cavalcanti explica que o objetivo, ao tratar dessa temática, é levar o aluno a compreender o que intensifica os problemas ambientais e a lógica que alimenta essas ações, buscando construir a consciência e a responsabilidade com suas ações.</p>

Fonte: Cavalcanti, 1999.

Organizado por: Silva, S. S. 2017



A respeito da primeira ideia destacada tem-se como característica principal “[...] o ensino como processo de construção de conhecimentos e o aluno como sujeito ativo desse processo” (CAVALCANTI, 1999, p. 128), desse modo o meio no qual o aluno vive deve estar inserido no conteúdo, como objeto de ensino, despertando o interesse do aluno. Nessa perspectiva construtivista Cavalcanti (1999), apoiada na ideia de Libâneo (1995), afirma que esse processo deve ser encaminhado pelo professor em interação com o aluno, uma vez que é o professor responsável por esse direcionamento, por também ser agente ativo desse processo.

A respeito dessa atitude sócio construtivista, Libâneo (1995 apud CAVALCANTI, 1999, p. 129) explica:

É “sócio” porque compreende a situação de ensino-aprendizagem como uma atividade conjunta, compartilhada, do professor e dos alunos, como uma relação social entre professor e alunos ante o saber escolar. É “construtivista” porque o aluno constrói, elabora, seus conhecimentos, seus métodos de estudo, sua afetividade, com a ajuda da cultura socialmente elaborada, com a ajuda do professor.

No segundo ponto destacado reitera-se a importância de se considerar o saber prévio do aluno, o espaço de vivência para o desenvolvimento do pensamento e análise geográfica, utilizando o meio em que vivem como conteúdo escolar, que no caso da presente pesquisa vai de acordo com as perspectivas aqui elencadas, uma vez que a proposta didática aplicada na intervenção pedagógica, contida no capítulo três deste trabalho, baseia-se na realidade local dos alunos participantes da pesquisa, ou seja, com a expansão urbana ocorrida no núcleo em que se localizam.

A terceira ideia destaca que, para a complexidade das relações vivenciadas atualmente, as organizações espaciais articuladas em diferentes escalas, de caráter fluído, que ultrapassa o lugar do vivido, a construção de conceitos é de extrema relevância para a compreensão do espaço. Dessa forma percebemos que tanto a proposta do PCN quanto a dos outros pesquisadores sugerem que o conceito tem que ser construído processualmente, e não passado como algo pronto.

No que se refere ao quarto ponto indicado pela autora, a orientação vai além da formação de conceitos, pois destaca que para cumprir com um ensino que contribua para a formação humana, esse ensino deve almejar que os conhecimentos construídos ajudem na formação de atitudes e valores, através do que é aprendido na escola (CAVALCANTI, 1999).

Um dos principais temas trabalhados, na ideia de conteúdos procedimentais, é a cartografia, justamente por proporcionar o desenvolvimento da análise, observação e interpretação. Cavalcanti (1999) afirma que o ensino com a cartografia deve ir além de atividades que visem apenas a reprodução de mapas. É necessário que ao trabalhar com mapas, o professor busque desenvolver nos alunos, além das habilidades já citadas no quadro, a capacidade de representar sua própria realidade, através de sua análise.

O tema cidade aparece como conteúdo para o desenvolvimento e formação de valores nos alunos, assim como o tema da ética ambiental. É possível observar no último ponto ressaltado por Cavalcanti (1999) que o tema cidade se mostra como um conteúdo escolar indissociável no processo de formação dos alunos em cidadãos críticos, como também evidencia a importância do ensino de geografia para o desenvolvimento do olhar geográfico.

Nesse sentido Cavalcanti (1999, p. 138) orienta:

[...]que se considere o tema da cidade como conteúdo que busca desenvolver comportamentos e atitudes com a cidade, para além de favorecer a aquisição de informações e a formação de conceitos importantes no desenvolvimento do pensamento espacial, como: paisagem urbana, urbanização, metropolização, rede urbana.

Para a autora em questão, a cidade enquanto conteúdo, deve ser vista como espaço educativo, abrindo oportunidade para compreender as complexas relações dos agentes envolvidos nas dinâmicas espaciais na cidade, para então exercer o seu direito sobre ela, desse modo Cavalcanti (1999, p. 139) faz a seguinte reflexão:

Ao lidar com os temas da cidade e do urbano como conteúdos educativos, o professor propicia aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes imagens de cidade, as cotidianas e as científicas, tal como se manifestam nas experiências e conhecimentos que trazem. Desse modo, é possível captar seu comportamento em relação à cidade, como deveriam se comportar ante ela; como a cidade se comporta com eles, como deveria se comportar; como é a relação dos gestores da cidade com a habitação dessas crianças e jovens, com os lugares onde se localiza essa habitação e com outros lugares, como os de lazer, de trabalho, de estudo, de assistência médica; como é a relação das crianças e jovens com o ambiente urbano. É importante trabalhar com o objetivo de se garantir o direito à cidade. A luta pelo direito à cidade é um exercício de cidadania.

Apoiados nos pontos em comuns aqui destacados, entre o PCN e de outras propostas sobre o ensino de geografia, como também nos objetivos desse trabalho, é que se pretende desenvolver uma proposta de intervenção que contribua para o ensino da cidade. A abordagem sobre o PCN se fez necessária para entender o que é previsto para o ensino

fundamental enquanto conteúdo, objetivos, referências, assim como a sua influência para os currículos municipais.

### **2.2.3 O PCN e sua abordagem sobre o ensino da cidade**

Ao analisar o PCN de Geografia, identificamos que o tema cidade aparece: 1) no terceiro ciclo, no eixo temático três, intitulado “*O campo e a cidade como formações socioespaciais*”, 2) também é possível observar o tema cidade presente no eixo temático três do quarto ciclo ao falar de “*ambiente urbano, indústria e modo de vida*” (BRASIL, 1999). Conforme Calvalcanti (1999) é possível perceber que o tema cidade está presente também nos temas transversais: os temas ética, meio ambiente, pluralidade cultural e no tema trabalho e consumo, de acordo com o PCN.

Quando observamos o sumário do PCN de geografia, a princípio, o tema cidade aparece nos pontos indicados anteriormente, mas ao observar cuidadosamente, certifica-se que o tema cidade está presente diretamente ou indiretamente em quase todos os eixos temáticos. Os eixos temáticos propostos no PCN, compreendem possibilidades de conteúdos diversos que podem ser abordados pelos professores, de acordo com cada programa de curso. Portanto é preciso esclarecer que apesar da temática cidade aparecer em pontos específicos no documento, o tema cidade é amplo e pode derivar em vários outros assuntos e contextos, podendo então ser relacionada a outros temas presentes no currículo.

No terceiro ciclo os eixos temáticos que antecedem o eixo três, já trazem referências sobre a cidade e o urbano em suas atividades, através de correlações e exemplos, entretanto é só a partir do eixo três que se propõe trabalhar diretamente com a cidade e com o urbano. Para o objetivo desse trabalho, vamos nos ater apenas aos pontos específicos em que a cidade aparece como conteúdo principal para a aprendizagem.

Sugere-se nesse eixo que as relações entre campo e cidade, levem em consideração as relações sociais de trabalho e como essas interações foram se modificando ao longo do tempo, por meio da inserção e modificações ocorridas pela modernidade, postulando novas formas de trabalho e conseqüentemente influenciando na maneira como campo e cidade interagem, entretanto, ressaltando que novas e antigas relações de trabalho coexistem e implicam na configuração desses espaços (BRASIL, 1998).

É possível perceber que a cidade no terceiro ciclo aparece como centro para a tomada de decisões que ocorrem no campo, assim como em seu próprio espaço. Isso ocorre porque é na cidade que se concentram em maior parte os mercados, consumidores e a oferta de tecnologias. Esses aspectos acabam por moldar o modo de vida das pessoas que moram nas cidades, influenciando também o modo de vida de quem mora no campo através dos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

As relações entre a cidade e o campo não devem ser interpretadas de maneira hierárquica, em que um espaço se sobressai em relação ao outro, pois “[...] não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade (SOBARZO, 2013, p.56)”.

Na busca pela compreensão dessa interação entre campo e cidade, percebendo a coexistência entre o novo e o velho, que se configura na realidade a ser observada pelos alunos, direcionados pelo professor, a cidade é o local de primeiro contato, sendo o espaço a ser observado e percebido em detrimento ao campo.

O subtópico intitulado “*O espaço como acumulação de tempos desiguais*” do eixo três no terceiro ciclo, propõe que o campo, assim como a cidade, deve ser compreendido como espaços que apresentam em suas características, formas, organização, dinâmica e aspectos, resultados de diferentes contextos históricos.

Conforme Carlos (2015) a cidade é uma realização humana em constante mudança, sendo uma extensão do modo de vida social inerente a cada período específico que a transformou. Percebe-se dessa forma que a cidade e o campo são produtos de ações acumuladas pela sociedade que os moldou. Nesse sentido, a

[...] cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica (CARLOS, 2015, p. 68).

No subtópico seguinte “*A modernização capitalista e a redefinição nas relações entre o campo e a cidade*”, é proposto que se compreenda a relação existente entre campo e cidade, por meio dos fatores que levaram esses espaços a alterarem as suas dinâmicas e interações entre si. Ao analisar as novas configurações nesses espaços, os conceitos de urbano e rural se mostram essenciais, uma vez que estes conceitos passam a caracterizar um novo

modo de vida e de produção postas pela inserção do capitalismo e de novas tecnologias. Lencioni (2008) explica que o urbano é muitas vezes debatido intimamente ligado a industrialização, mas afirma que é uma escolha teórica.

Como Lefebvre, diversos autores na discussão sobre o urbano fazem a relação entre urbano e industrialização, por assim dizer, entre urbano e sociedade industrial capitalista, uns caindo no reducionismo criticado por Lefebvre, outros, não. O que importa é que a ideia de urbano aparece, na maioria das vezes, vinculada à de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial (LENCIONI, 2008, p. 118).

A questão das indústrias se torna indispensável para abordar a cidade e o campo nesse aspecto da modernidade, pois introdução de técnicas no meio rural desencadeia diversas mudanças nesses espaços na questão populacional, econômica, cultural e política. O rural e o urbano, para a compreensão do campo e da cidade, são novos conceitos a serem construídos, que apesar de distintos, tornam-se indissociáveis para analisar as transformações ocorridas.

Seguindo essa lógica o subtópico posterior “*O papel do Estado e das classes sociais e a sociedade urbano-industrial brasileira*”, sugere trabalhar com esses espaços já marcados pelos traços da modernidade, pelo modo de produção capitalista e introdução das tecnologias, que implica em relações socioespaciais mais complexas. A partir desse ponto a cidade não se apresenta mais como um espaço oposto ao campo, pede-se uma análise das relações sociais, políticas e econômicas mais detalhadas, pois as formas espaciais da cidade são alteradas de maneiras intensas para satisfazer as novas demandas do mercado. Dessa forma a cidade se apresenta fortemente como espaço para a circulação do capital, desencadeando conflitos sociais cada vez mais gritantes, os grupos excluídos passam a questionar as ações do Estado e a reivindicar o seu direito à cidade, tornando o espaço urbano em campo de lutas.

*A cultura e o consumo: uma nova interação entre o campo e a cidade*, sendo o último subtópico do eixo três, propõe ensinar sobre as novas relações ditadas pela modernização, a cidade assume um novo papel diante do campo, assim como o campo assume inovações em decorrência da dinâmica da cidade. Essas mudanças desencadeiam alterações no modo de vida de ambos os espaços aqui tratados, tendo o campo fortes influências do modo de vida urbano. Porém mais uma vez o PCN sugere que haja um estudo comparativo entre campo e cidade, nesse caso, o documento explica a cidade a partir do seu poder de atração pela população do campo, como consequência da modernização do espaço rural.

Assim no terceiro ciclo a proposta de cidade é ligada ao campo como “formações socioespaciais” tendo como objetivo de aprendizagem para o aluno:

- [...]distinguir as grandes unidades de paisagens em seus diferentes graus de humanização da natureza, inclusive a dinâmica de suas fronteiras, sejam elas naturais ou históricas, a exemplo das grandes paisagens naturais, as sociopolíticas como dos Estados nacionais e cidade-campo”
- compreender que os conhecimentos geográficos que adquiriram ao longo da escolaridade são parte da construção da sua cidadania, pois os homens constroem, se apropriam e interagem com o espaço geográfico nem sempre de forma igual;
- perceber na paisagem local e no lugar em que vivem, as diferentes manifestações da natureza, sua apropriação e transformação pela ação da coletividade, de seu grupo social;
- [...] reconhecer semelhanças e diferenças nos modos que diferentes grupos sociais se apropriam da natureza e a transformam, identificando suas determinações nas relações de trabalho, nos hábitos cotidianos, nas formas de se expressar e no lazer; (BRASIL, 1998, p. 54).

Diante do exposto, o documento busca alcançar os objetivos destacados para o terceiro ciclo, cita-se aqui apenas alguns, que nesse caso, estão diretamente relacionados a temática cidade aqui analisada, referente apenas ao eixo três do terceiro ciclo. As relações de trabalho e as organizações de moradias, revelam as desigualdades que coexistem no espaço da cidade, mostrando diferentes realidades, sendo parte do produto histórico construído no espaço urbano refletidos em sua paisagem.

No estudo da cidade, a paisagem como categoria de análise auxilia em seu conhecimento, além dos aspectos históricos para compreender sua configuração e dinâmicas vigentes, assim como suas transformações, sendo resultados de processos, fatores e agentes diversos e distintos.

No quarto ciclo, o assunto relacionado ao trabalho diretamente com a cidade, se faz presente no eixo três “*Modernização, modo de vida e a problemática ambiental*”, com o subtópico intitulado “*Ambiente urbano, indústria e modo de vida*”, a cidade é a categoria de análise para se pensar as mudanças ocorridas em alcance regional, nacional e global, analisa-se de maneira mais detalhada e intensa as relações no ambiente urbano e suas interações com as outras escalas de análise.

Nesse ponto os alunos já devem ter uma concepção sobre o conceito de cidade e urbano, para tanto reitera-se o esclarecimento sobre a organização dos anos do ensino fundamental organizados por ciclos, dessa forma, o 6º e 7º são referentes ao terceiro ciclo, o quarto ciclo corresponde, portanto aos anos finais do ensino fundamental, sendo eles o 8º e 9º.

Dessa forma os conteúdos sugeridos pensam a continuidade e o aprofundamento desses temas em todo o ensino fundamental, é por isso que a questão urbana presente no quarto ciclo pede conhecimentos já adquiridos nos anos anteriores, como por exemplo o conceito de cidade e campo, urbano e rural.

A cidade abordada no quarto ciclo, pede uma aproximação maior entre a relação do processo de industrialização e do ambiente urbano, questionando e analisando como esse processo interferiu no ritmo da cidade, nos processos migratórios, na organização de moradias, em como a estrutura da cidade se moldou diante desse processo, como por exemplo a construção de rodovias, sendo todos esses elementos constituintes da produção do espaço urbano (BRASIL, 1998).

As abordagens direcionadas para a compreensão do conceito de cidade e urbano pelo PCN por meio da percepção dos alunos, leva a apreensão da cidade por viés descritivo, o que simplifica o conhecimento da mesma. Não que a percepção do aluno seja nula, ou vaga, pelo contrário, a percepção do aluno sobre esse espaço deve ser o ponto de partida para explorar a complexidade que a cidade oferece em seus processos, e conseqüentemente em sua materialização enquanto uma realização social e histórica.

Os conceitos de cidade e urbano são importantes para auxiliar na reflexão e compreensão nos modos de vida dos alunos, tornando-se elementos indispensáveis para a sua formação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais por ser documento de referência para o ensino básico, fundamental e médio, como também visa direcionar nas escolas a elaboração de propostas curriculares, se torna relevante nessa pesquisa o seu estudo e análise. Por conseguinte, este tópico buscou compreender como é proposto o ensino da cidade por esse documento.

Buscando alcançar o proposto, analisamos em específico o contexto e os fatores que resultaram na elaboração do PCN, assim como compreender sua importância para as mudanças na educação como resultado de um contexto social, político e econômico vigente. Essa análise se fez necessária, uma vez que os conteúdos propostos para serem trabalhados, em seu conjunto visa a formação de cidadãos que saibam pensar, agir e interferir de forma consciente no ambiente em que vivem.

Em vista desse documento como referência nacional, propõe-se analisar o currículo municipal de Marabá de 2006, no item seguinte, verificando também de que forma é proposto

o ensino do tema cidade para o 3º e 4º ciclo do ensino fundamental<sup>5</sup>, observando até que ponto o currículo municipal foi influenciado pelo PCN, principalmente no que tange o tema cidade, objeto de estudo dessa pesquisa.

#### **2.2.4 O ensino da cidade no currículo municipal de Marabá**

A proposta curricular municipal de Marabá data do ano de 2006, elaborada com o desejo de estabelecer uma referência curricular para o município em questão, que atendesse as suas especificidades buscando guiar os professores em suas práticas pedagógicas. Seguindo a teoria relacionada a competências e habilidades, o currículo municipal organiza-se pela apresentação geral do documento, introdução, objetivos para os anos finais do ensino fundamental, em seguida, tece considerações acerca das competências, habilidades, inteligência múltiplas e avaliações pela perspectiva crítico-libertadora, após essas considerações sugerem-se os conteúdos e orientações metodológicas para cada área de conhecimento e ano escolar do ensino fundamental (MARABÁ, 2006).

Dentro da proposta curricular municipal, o tema cidade aparece como conteúdo, nos seguintes eixos (MARABÁ, 2006):

- No 6º ano, eixo temático dois, intitulado “O estudo da natureza e a sua importância para o homem”, no qual a cidade é ensinada através da sua paisagem assim como o campo, pois sugere-se uma comparação entre o ambiente urbano e o ambiente rural;
- Ainda no 6º ano a cidade apresenta-se como eixo temático (eixo temático três) “O campo e a cidade como formações sócio-espaciais”, reconhecendo esses espaços (cidade e campo) como resultado das interações sociais estabelecidas nesses espaços ao longo do tempo. É sugerido nesse mesmo eixo trabalhar conteúdos relacionados aos impactos no meio rural causado pela produção agrícola e industrial e a “circulação da produção mundial”, nota-se que se trata de um eixo e de conteúdos bem amplos, o que por ora pode deixar os professores com bastante liberdade para a seleção de conteúdos relacionados ao tema, entretanto por justamente ser bastante abrangente ao invés de orientar pode até mesmo confundir sobre qual caminho a seguir;
- No 7º ano o tema cidade está presente no eixo temático dois, possuindo a mesma titulação do eixo temático três do 6º ano citado acima. Para esse eixo temático referente ao 7º ano orientam a trabalhar o contraste entre os espaços rurais e urbano,

---

<sup>5</sup> O terceiro ciclo compreende o 6º e 7º do ensino fundamental e o quarto ciclo corresponde ao 8º e 9º ano.



diferente do que é sugerido para o ano anterior, pois no 6º ano orientava para o estudo da “forma” desses espaços e agora orienta-se o estudo do “conteúdo” desses espaços, podendo destacar os conflitos presentes nos mesmos.

Os conteúdos sugeridos nos eixos temáticos para o 8º e 9º ano do ensino fundamental aparecem em categorias de análises mais amplas, no qual o estudo da paisagem local deve ser direcionado para análise da interação entre fenômenos local e global. Percebe-se então que o tema cidade está presente nos conteúdos sugeridos para o 6º e 7º ano escolar do ensino fundamental, que de acordo com os conteúdos analisados nos dois currículos, os temas sugeridos se referem ao terceiro ciclo e quarto ciclo previstos no PCN.

Dentro do que é proposto pelo currículo de geografia, a formação cidadã se faz presente como um dos principais objetivos da proposta, tendo a disciplina de geografia um grande papel para a contribuição e construção desses indivíduos no contexto da sociedade capitalista, atentando para a formação da visão crítica em relação ao modo de vida seguido por esse sistema, tendo a cidade como palco para essas ações.

Desse modo o conhecimento geográfico construído por esses alunos deve promover a capacidade de perceber as desigualdades e exclusões geradas por esse sistema, que se faz perceptível nos vários espaços da cidade. Portanto o conhecimento sistematizado que irá de encontro com o conhecimento de vivência desses alunos, deve proporcionar o seu posicionamento crítico diante dessa realidade através do entendimento do seu papel social.

Como foi discutido, o PCN expressa o contexto pela qual a sociedade estava passando, e muitos dos temas elencados, tratam-se de uma demanda/necessidades que o governo apresentava, a ser alcançado pela sociedade através do ensino para o mercado de trabalho, explorando capacidades que contribuíssem no viés político, social, cultural e econômico, podendo citar os conhecimentos sobre as indústrias, crescimento de cidades, redes, inovações tecnológicas, meios de comunicação, entre outros referente a esse contexto social.

### **2.3 A importância do ensino da cidade para a formação cidadã e o seu direito à cidade**

Observa-se nas salas de aula atualmente que um dos grandes desafios é relacionar o conteúdo trabalhado e planejado anual e bimestralmente com o cotidiano dos alunos, de maneira que esse aprendizado se torne dinâmico e significativo. A cidade, espaço vivenciado, construído e reproduzido pelos alunos, se apresenta como um ponto de partida para se ensinar

geografia. Mas de que forma o ensino da cidade em geografia pode se tornar conteúdo direcionador para análise de suas experiências e realidade cotidiana enquanto cidadão?

A importância de se trabalhar com o ensino da cidade como conteúdo norteador, parte do princípio de que é a partir da análise das estruturas urbanas de suas cidades, que o aluno perceberá a importância de sua atuação cidadã. Segundo Cavalcanti (2013) para que esses jovens entendam que fazem parte da produção do espaço urbano através de suas práticas cotidianas, os mesmos necessitam do conhecimento espacial dessas áreas.

Para trabalhar a cidade no ensino de geografia, o professor não precisa necessariamente abordar sobre o espaço urbano, mas pode-se fazer relações entre assuntos que estejam ligados a essa temática, como afirma Cavalcanti (2013, p. 72):

A geografia em todos os níveis de ensino, aborda diferentes temáticas que têm relação com os espaços urbanos; ainda que não sejam propriamente temas da cidade, como o solo, o relevo, o clima, a migração, a produção econômica, os recursos energéticos, as bacias hidrográficas, os grupos populacionais.

Dessa forma, independente do assunto ensinado em sala de aula, o professor pode relacionar o conteúdo trabalhado com a realidade vivida do aluno, nesse sentido, a cidade pode ser contextualizada com a abordagem do professor na vida cotidiana dos educandos. Mas, para isso, o professor deve estar a par do contexto escolar e de vivência desses jovens para que se permita a vinculação entre conteúdos e aspectos de vivência dos mesmos.

Os estudos na área de ensino de geografia têm mostrado que as práticas de ensino, devem ser pautadas na questão de uma aprendizagem mais significativa. Segundo Callai, Castellar e Cavalcanti (2012), para ser significativo o professor deve considerar o meio de vivência do aluno durante as aulas, desse modo, a cidade no ensino de geografia se faz de extrema importância para que os alunos desenvolvam o seu olhar geográfico e que através da análise do vivido, ou seja, do seu dia a dia, do viver na cidade, o aluno perceba-se como cidadão, que possa exercer o seu direito à cidade, tendo pleno acesso ao que ela possa oferecer. Neste sentido à vida social cotidiana desses jovens estará sendo articulada aos conteúdos, propiciando aos mesmos, executarem interpretações do mundo, fazendo análises em escala local e global.

A cidade é o lugar de vida coletiva, espaços de contradições, produções e reproduções sociais e econômicas, políticas e culturais. Os alunos precisam ter a compreensão

e conhecimento sistematizado desse espaço, que também é produzido por eles e seus familiares, analisando o espaço no qual vivem como uma produção social e histórica, entendendo sua organização territorial, para que assim possam pensar criticamente sobre essas organizações espaciais e intervirem futuramente.

Nessa perspectiva, estudar a cidade passa a ser um ato educativo e ao mesmo tempo um método de análise dos fenômenos e das relações que a estruturam. Fazer da cidade um objeto de educação geográfica significa superar a superficialidade conceitual e estabelecer relações mais eficazes entre o saber formal e o não-formal. (CALLAI, CASTELLAR e CAVALCANTI, 2012, p. 103).

A cidade como objeto de estudo geográfico proporciona ao aluno a ampliação de sua percepção sobre esse espaço, analisando suas diferentes formas. O estudante no seu cotidiano percebe as estruturas distintas presentes em diversas áreas da cidade como, os espaços comerciais, ocupações irregulares, áreas residenciais; ao fazer essas observações pode-se perceber que a cidade não é estática e que está constantemente sendo modificada através dos seus agentes modeladores, o que explica muitas vezes a ausências de equipamentos urbanos em algumas áreas das cidades, como também as segregações. Essas organizações espaciais devem ser trabalhadas em sala de aula pelo professor, buscando a aprendizagem significativa sobre a cidade, bairros, ruas, ao invés de apenas receber uma definição apresentada pelo livro didático.

A cidade como instrumento pedagógico, permite que os jovens, a partir do conhecimento que os mesmos possuem sobre o seu espaço de vivência, construam concepções e questionamentos sobre a organização espacial de seus bairros, distribuição de bens e serviços, assim como acesso aos diferentes lugares da cidade. Conforme Cavalcanti (2002, p. 16-17):

Os temas da cidade e do urbano são conteúdos educativos que propiciam aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes imagens da cidade, as cotidianas e as científicas. O tratamento desses temas permite ao professor explorar concepções, valores, comportamentos dos alunos em relação ao espaço vivido, além de permitir também analisar a gestão da cidade a partir da experiência dos alunos; permite ainda trabalhar com o objetivo de se garantir o direito à cidade (apud GALLO, 2008, p. 2).

Compreende-se a cidade como espaço de aprendizagem, uma vez que nesse meio também é repassado os valores culturais e modernos, oportuno de serem articulados com o

ensino escolar, assim, a cidade por meio do seu espaço físico, como também o modo de vida urbano, educa através de suas formas e conteúdo.

Para Sousa (2009) a cidadania não pode ser desassociada ao ambiente escolar, uma vez que a escola é responsável, não sendo a instância única para essa tarefa, de promover a construção de uma noção crítica de sua realidade e que através de suas práticas sociais possa ser modificada. Para tal feito é necessário “Pensar uma cidadania que promova a consciência crítica dos indivíduos sobre a sua realidade social, sobre seu direito às condições mais dignas de sobrevivência, direito às suas manifestações culturais, direito de acesso ao conhecimento etc.” (SOUSA, 2009, p.7).

Concordando com a ideia expressa, Cavalcanti (2008) afirma que o processo da formação cidadã compreende a toda a escola, entretanto, cabe a geografia escolar a abordagem desse conceito, como também o conceito de cidade, entre outros relacionados a esse tema. A autora em questão, apoiada na ideia de Vieira (1997), afirma que cidadão

[...] é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que se torna possível, então, transformar direitos formais em direitos reais”. (CAVALCANTI, 2008, p. 85).

Compreendendo a cidade como um espaço público, de vida coletiva, com modos distintos de organização pelos diferentes agentes produtores desse espaço, faz-se necessário pensar novas formas de organização, que visa atender novas formas de vida, nesse espaço já construído, mas passível de ser reconstruído (CAVALCANTI, 2008). Nesse sentido, pode-se pensar em um rearranjo urbano, que conseqüentemente irá possibilitar uma nova sociedade, como afirma Harvey (2004, p. 210), “Ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos” (apud CAVALCANTI, 2008, p. 122).

Segundo Damiani (1999, p. 50) “a noção de cidadania envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço”, pois é o meio onde ocorre a materialização das diversas formas de relações, ao conhecer determinado espaço, apreende-se também as relações que ocorrem nesse meio e principalmente a que se está sujeito.

Mas promover essa formação cidadã não se trata de uma tarefa simplista, visto pela grande utilização desse conceito em vários meios, tornando-o, por vezes, vago. Um projeto educativo que busque analisar os espaços da cidade, suas transformações e lógicas de

(re)produção, objetivando uma consciência espacial, no qual o indivíduo se perceba inserido nessa lógica, mostra-se significativo nesse processo da consciência cidadã. Por isso, ressalta-se que é de grande relevância “defender a educação geográfica para a vida urbana com participação cidadã, entendendo que o cidadão é um sujeito da política urbana, na medida em que ele se faz cidadão também por sua participação na vida e na gestão da cidade” (CAVALCANTI, 2008, p. 123). Isto posto, o estudo da cidade na geografia escolar, pode promover a construção da noção cidadania.

Seguindo essas ideias, cita-se Lefebvre (2001, p. 118), no qual o autor afirma que o direito à cidade é concebido pelo “direito à vida urbana, transformada, renovada”. Entende-se dessa forma que o educando passa exercer o seu direito à cidade, quando este toma consciência espacial de sua realidade, formada por contradições de apropriações dos espaços, de classes, culturais e políticas, contradições essas, expressas das mais diversas formas. E é a partir dessa tomada de consciência enquanto ser social, que suas ações estejam pautadas em uma participação ativa do planejamento urbano.

Nesses termos, o tema cidade contribui para a formação cidadã dos alunos, como também para a consciência do direito à cidade. Cabendo a escola, e principalmente ao ensino de geografia, direcionada pelo professor, a construção desse conhecimento. Dessa forma acredita-se, conforme Santos (2007, p. 154)

A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo.

Portanto, a escola é o espaço privilegiado para a construção e formação da cidadania dos alunos, pois pode proporcionar saberes, estimular debates, levando a mudanças de atitudes na transformação do espaço vivenciado pelo aluno. O estudo, pesquisas e novas buscas devem ser feitas pensando em metodologias que instiguem o aluno a fazer a leitura do mundo através de sua realidade local, percebendo a sua inserção da cidade em que mora no âmbito regional e mundial, evidenciando o meio em que vive como conteúdo escolar possível de reflexão. Compreende-se aqui a importância do papel da escola no que diz respeito a preparação dos alunos para a introdução e desenvolvimento dos educandos para a leitura crítica do seu cotidiano, criando condições de intercalar o saber de vivência com o saber

escolar, levando o aluno a refletir, indagar e questionar a respeito da organização do local em que vive.

Propor que a expansão urbana da cidade, seja trabalhada como conteúdo escolar, tendo como objeto de estudo o próprio bairro mostra-se significativo, uma vez que pode proporcionar a esses alunos, a compreensão da dinâmica de sua produção e reprodução espacial e os agentes responsáveis e propulsores dessa modificação espacial, que compreende na expansão desse bairro e no surgimento de novas áreas, como também analisar a organização espacial da cidade onde residem, como conteúdo abordado em sala de aula pelo professor.

A relevância da abordagem do tema expansão urbana no ensino da cidade na disciplina de geografia, encontra-se na grande distância que se percebe entre as pesquisas e produções acadêmicas e os conteúdos que costumam ser trabalhados em sala de aula pelos professores. Muitas vezes, sem outros recursos didáticos, o professor deixa de abordar de fato a realidade espacial dos alunos, a ausência de tempo para realizar pesquisas e elaborações de materiais que ofereçam suporte para o aluno, tem como resultado aulas descritivas e descontextualizadas da realidade local.

Diante desse contexto, se faz necessário pensar propostas que visem não só uma aprendizagem mais significativa e próxima do aluno, como também firmar elos entre professores do ensino público básico e universidades, se apresentam como contribuição para o objetivo almejado por este trabalho.

Objetiva-se através do ensino da cidade, contribuir com as práticas de ensino dessa temática, de modo a promover a formação e compreensão espacial, através das suas atividades urbanas cotidianas. E por meio dessa abordagem, estimular o desenvolvimento de habilidades e práticas dos alunos no exercício pleno da cidadania e do direito à cidade.

Diante das mudanças ocorridas na cidade de Marabá, o ensino da cidade sobre a expansão e reestruturação urbana se fazem de extrema importância para que os alunos enquanto atores sociais no processo de produção e reprodução dos espaços da cidade, compreendam a dinâmica e os agentes envolvidos nas transformações dos espaços citadinos. Dessa feita o capítulo 3, apresenta os caminhos e metodologias seguidos para a proposta de intervenção sobre o ensino da cidade, tendo como base as transformações ocorridas na cidade de Marabá, no que diz respeito especificamente a expansão do Núcleo São Félix, recorte

especial dessa pesquisa, como foi elucidado no capítulo 1 do presente trabalho. O capítulo seguinte também apresenta os resultados obtidos com a proposta de intervenção aplicada na Escola São Félix.

### **CAPÍTULO 3: A EXPANSÃO URBANA DE MARABÁ COMO CONTEÚDO ESCOLAR: ESTUDO DO NÚCLEO SÃO FÉLIX**

Tendo em vista as propostas direcionadas para o ensino de geografia, especificamente para o ensino da cidade, pautados nas transformações econômicas e sociais ao longo dos anos, sendo refletido também no movimento de renovação do ensino e das novas necessidades para se pensar novas formas de ensinar é que este trabalho busca contribuir para o ensino e visão crítica acerca da produção do espaço citadino e que este seja compreendido por seus cidadãos.

Percebe-se que em relação aos conteúdos trabalhados, direcionados pelo PCN, não houve grandes mudanças, entretanto, a forma de abordagem, o direcionamento teórico, passou por modificações, almejando uma visão mais crítica acerca de determinados conteúdos, como resultado das próprias modificações espaciais, econômicas, políticas e sociais.

Nos termos expostos, pelas proposições realizadas pelo PCN, como de outros autores que se dedicam ao ensino de Geografia, que se baseia a proposta de intervenção didática desenvolvida nesta pesquisa, considerando a realidade vivenciada pelos alunos do 7º ano C participantes da pesquisa na Escola São Félix, objetivando o olhar crítico sobre as transformações espaciais do seu meio.

As mudanças que ocorreram na cidade de Marabá e especificamente no Núcleo São Félix, efetuadas de forma intensa e acelerada, se tornam de extrema importância e necessária à sua reflexão e compreensão por parte de sua população, bem como analisar essas mudanças no próprio ensino de Geografia, pensando em metodologias, materiais e conteúdo a serem selecionados para trabalhar essa temática em sala de aula.

A metodologia aqui apresentada, longe de ser um modelo ou fórmula para poder se ensinar determinado conteúdo, é na verdade uma contribuição ao ensino da cidade, que visa por meio das intervenções pedagógicas, desenvolvidas nesta pesquisa, somar práticas educativas sobre a temática aqui trabalhada, como também aproximar as práticas de ensino ao trabalho dos professores do ensino público de Marabá.



Para a aplicação da proposta da intervenção pedagógica, foram seguidas as seguintes etapas:

- Aplicação de questionários com os professores a respeito da abordagem do tema cidade no ensino de geografia, bem como verificar se os mesmos trabalham com essa temática e de que forma ocorre essa abordagem;
- Análise dos questionários aplicados junto aos professores, com objetivo de identificar se há ou não carência de recursos para se trabalhar com a temática cidade nas aulas de geografia;
- Aplicação de questionários com os alunos do 7º ano C para verificar se os alunos já haviam estudado sobre a cidade de Marabá e especificamente o Núcleo em que moram. Buscou-se averiguar também por meio do questionário diagnóstico se os alunos residiam em áreas recém expandidas;
- Em seguida foi aplicada a proposta de intervenção pedagógica, baseada na expansão urbana da cidade de Marabá e do Núcleo São Félix, buscando trabalhar com a realidade vivenciada pelos alunos;
- Após a realização da proposta, houve a aplicação do último questionário para verificar os resultados obtidos.

### **3.1 Professores e as dificuldades de ensinar a cidade em escala local**

Para fins da aplicação didática, se fez necessário, dentro dos objetivos da pesquisa, verificar como (se) a cidade de Marabá, especificamente a expansão urbana, é trabalhada em sala de aula pelos professores de Geografia que atuam no Núcleo São Félix. Foram aplicados questionários nas seguintes escolas: Escola Evandro Viana, Escola São Félix, Escola Julieta Gomes Leitão e Escola Nossa Senhora de Fátima. Essas são as escolas do Núcleo São Félix que trabalham com alunos do 6º ao 9º ano.

Dessa feita, foram aplicados no total 5 questionários<sup>6</sup> afim de averiguar, além do que já foi citado, os recursos didáticos utilizados para o ensino da cidade, bem como a escala escolhida. Identificou-se também, junto aos professores, a importância dessa temática para o

---

<sup>6</sup> Durante a pesquisa de campo nas escolas (fundamental II) do Núcleo São Félix, foi apurado que o número de professores que trabalham com a disciplina de geografia nas escolas desse núcleo é no total de 5 professores, entretanto apenas 3 professores deram retorno, respondendo o questionário.

processo de formação cidadã<sup>7</sup> dos alunos e conhecimento sobre a cidade em que mora, como também a carência de recursos para se trabalhar em escala local.

A análise das respostas, a seguir, se fez por meio da identificação dos professores por letra A, B e C, afim de não revelar a identidade dos professores. Nesse sentido as respostas cedidas por eles, serão apresentadas ora em quadros, ora dialogadas para melhor análise, conforme a sequência das perguntas presentes no APÊNDICE A.

Todos os professores participantes da pesquisa já são formados na área de Geografia, sendo que o professor A exerce a profissão há 6 anos, professor B há 30 anos e o professor C há 4 anos. De acordo com a pergunta 3 do questionário (APÊNDICE A), todos os professores afirmaram trabalhar com o tema cidade nas aulas de geografia, pois “*É importante que os alunos que pertencem a determinada cidade, se identifiquem com a mesma, saibam situar-se, conheçam o processo histórico dela*” (PROFESSOR B).

Para o Professor A, ensinar a cidade é importante, pois “*não conhecemos o nosso local, sendo necessário aprofundar o conhecimento sobre a cidade e os seus principais aspectos (físicos e econômicos), tanto professores, como alunos*”. Destarte, as respostas afirmativas dos professores mostram, que estes compreendem a importância dessa temática, não só para a aprendizagem do aluno, mas também do próprio professor para que este possa conduzir da melhor forma o processo de ensino da cidade e suas transformações recorrentes por suas complexas dinâmicas.

Porém com relação a pergunta 5, ao serem questionados sobre a escala de análise geográfica utilizada para trabalhar a temática cidade, os professores A, B e C, não compreenderam o real objetivo da pergunta, uma vez que associaram escala à cartografia, relatando não se utilizarem de nenhuma escala por não terem o conhecimento da mesma. Nesse sentido os professores se referiam a escala cartográfica dos mapas (gráficas e numéricas, maior e menor detalhe).

Sobre a pergunta 6 e 7 (respostas nos Quadros 2 e 3), foi possível verificar que há carência de materiais diversificados para trabalhar não só a temática cidade em escala local, mas também os demais conteúdos geográficos, concentrando as aulas em grande parte baseadas no livro didático e em aulas expositivas, mas cabe ressaltar que em meio a

---

<sup>7</sup> Ao serem questionados (Pergunta 4) se o ensino da cidade poderia contribuir para a formação cidadã, os três professores confirmaram que o ensino da cidade pode contribuir para as práticas espaciais cotidianas dos alunos.

problemas em relação aos materiais ou mesmo de infraestrutura do ambiente escolar, os professores B e C, apesar de utilizarem o livro didático buscam outros materiais para as atividades em sala, como pode ser percebido no Quadro 2.

### **Quadro 2: Recursos utilizados para ensinar a cidade nas aulas de Geografia**

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	Sem recursos, apenas aulas expositivas.
<b>B</b>	Livros didáticos, mapas, globo, vídeos.
<b>C</b>	Aulas expositivas (mapas em slides) xerox do livro didático, revistas, etc.

Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

Conforme o quadro 3, é unânime a carência de mapas locais para trabalhar a cidade em escala mais próxima a realidade dos alunos. Observa-se também o déficit de recursos tecnológicos para auxiliar o professor nesta tarefa, a exemplo de laboratórios de informática que poderiam amenizar a ausência de materiais com abordagens em escala local. A questão da formação/preparação dos professores também é citada, pelo professor C, no qual afirma que a capacitação do profissional (professor) poderia contribuir de maneira diferenciada para a aprendizagem dos alunos, como exemplo a confecção de mapas.

### **Quadro 3: Carência de recursos para trabalhar a cidade em escala local**

<b>Professores</b>	<b>Respostas</b>
<b>A</b>	Mapas locais e outros instrumentos tecnológicos.
<b>B</b>	Mapas da cidade e os mapas temáticos da cidade que estamos trabalhando, no caso da cidade de Marabá, para que possam conhecer os aspectos físicos, econômicos, dentre outros.
<b>C</b>	Um bom laboratório de informática, professores capacitados para ensinarem os seus alunos a confeccionarem mapas desde cedo, aparelhamento das escolas no que diz respeito aos materiais didático e espaço escolar.

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Assim, pode-se afirmar que os professores por vezes não possuem muitas alternativas e recursos didáticos para trabalhar a temática cidade, podendo recorrer ao comum, ou seja, a trabalhar com o conceito de cidade apenas pelo livro didático, como exposto no Quadro 2. Essa realidade nos faz refletir acerca da formação continuada dos professores do ensino público, bem como a busca por capacitação ou aprofundamento de determinados conhecimentos acadêmicos, como exemplo o trabalho e confecção de mapas.

Explorar junto aos professores se o conteúdo cidade está sendo trabalhado em sala de aula e a forma como está sendo conduzida essa aprendizagem, se faz necessário para refletir em quais escalas e contextos a cidade é abordada, pois é de preocupação dessa pesquisa identificar se a expansão urbana é percebida pelos alunos e professores. Uma vez que o ensino da cidade conduzido apenas pelo livro didático, exclui o espaço de vivência dos estudantes, assim como os faz estudar contextos distantes de sua realidade, tornando a aprendizagem sem significado para estes.

A partir das necessidades verificadas com os questionários aplicados com os professores, o passo seguinte para a pesquisa consistiu em selecionar a escola e turma para a aplicação da proposta didática sobre expansão urbana do Núcleo São Félix. Os critérios para a escolha da escola e da turma encontra-se no tópico seguinte.

### **3.2 Sobre a escola São Félix**

A aplicação da proposta de intervenção didática sobre a expansão urbana do Núcleo São Félix ocorreu durante o mês de junho de 2018, no período vespertino, na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Félix, localizada no bairro São Félix Pioneiro, conforme pode ser observada no mapa 3.

**Mapa 3: Localização da escola São Félix**



A escola São Félix já atua no município de Marabá por mais de 40 anos e atende atualmente cerca de 520 alunos, divididos nas 17 turmas, sendo 16 do fundamental II e uma turma do EJA, funcionando nos três turnos (matutino, vespertino e noturno). Apesar do tempo de funcionamento da escola, a mesma não possui biblioteca e nem sala de informática. Ainda sobre a escola, são desenvolvidos dois projetos pela equipe: Projeto Mais Educação e Projeto de Leitura e escrita.

A escolha pela presente escola se deu pelos seguintes fatores: localização, por se situar mais próxima da área de estudo delimitada (mapa 3), para a intervenção didática aplicada com os alunos; compatibilidade de horários e disponibilidade de aulas, isto é, professores que estavam dispostos a ceder seus horários de aulas para a aplicação desta pesquisa.

A escolha da turma (7º ano C) se fez também por um dos fatores citados anteriormente (compatibilidade de horários disponíveis das turmas para ceder aulas). Entretanto, o ano escolar para se trabalhar com a expansão urbana da cidade/núcleo, já havia sido pré-estabelecida ao se fazer a análise do tema cidade/urbano no PCN e no Currículo

Municipal de Marabá, que tinha por objetivo verificar como era proposto esse ensino e em qual seguimento trabalhava-se com o tema em questão.

Apesar do tema cidade/urbano, conforme o Currículo Municipal e o PCN, serem discutidos no segundo seguimento do ensino fundamental, a escolha pela turma levou em consideração não só a hipótese de que os alunos já teriam a breve noção do conceito de cidade e urbano, mas também que a partir do 7º ano, os alunos pudessem (re)construir tais conceitos com base na cidade em que vivem e se utilizaram desse conhecimento para os anos escolares seguintes. Dos alunos participantes da presente pesquisa, totalizando 28 alunos, constatou-se que a grande maioria reside nas áreas recém expandidas, como será verificado a seguir.

### 3.2.1 Os alunos participantes da pesquisa

Nesta etapa, prosseguiu-se com a investigação acerca dos sujeitos participantes da pesquisa, por meio da aplicação de questionários diagnósticos referentes aos locais onde residem, na hipótese de que estes localizam-se no entorno das áreas recém expandidas. Com o diagnóstico inicial, além de identificar a distribuição espacial dos alunos, teve também como objetivo, verificar os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao conteúdo que seria desenvolvido e a percepção dos estudantes do seu local de vivência.

Conforme o questionário presente no APÊNDICE B, ao final deste trabalho, foi possível identificar que os alunos do 7º ano C possuem entre 12 a 14 anos de idade. Através da aplicação do questionário inicial confirmou-se a hipótese aqui levantada, uma vez que mais de 50% dos alunos residem no Residencial Vale do Tocantins (Tabela 1), área recém-formada no Núcleo São Félix, como foi abordada no primeiro capítulo deste trabalho.

**Tabela 1: Distribuição espacial dos alunos**

NOME DO BAIRRO	Nº DE ALUNOS POR BAIRRO	TEMPO MÉDIO DE RESIDÊNCIA/ANO
RESIDENCIAL VALE DO TOCANTINS	15	3,5
SÃO FÉLIX PIONEIRO	11	8,5
SÃO FÉLIX 1	2	7

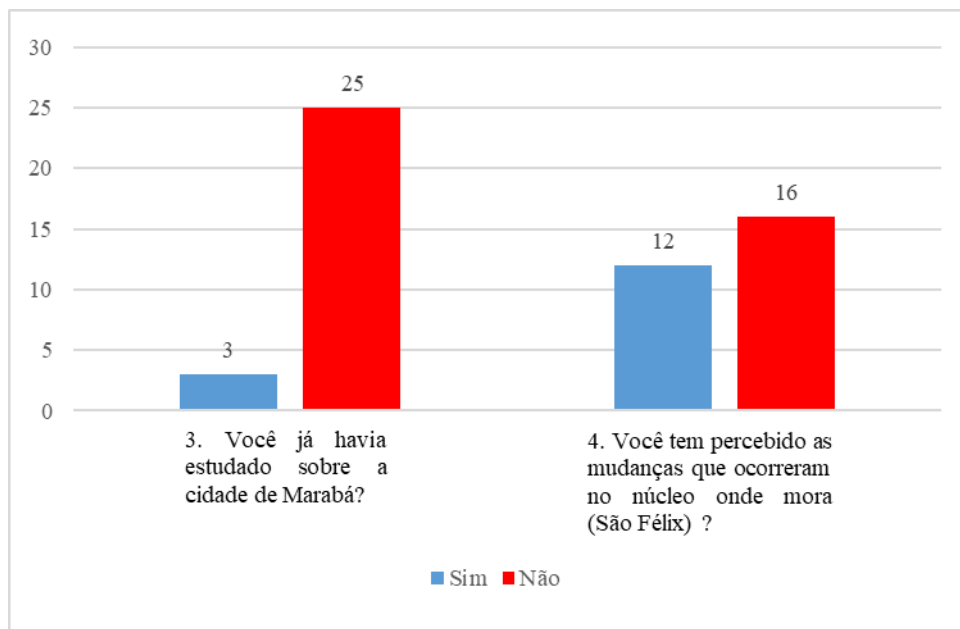
Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

De acordo com a Tabela 1, é possível observar que grande parte dos alunos moram há pouco tempo no Núcleo São Félix, tendo em média 3 anos e meio. O interesse de se

trabalhar diretamente com esses alunos, justifica-se pelo contexto desse trabalho<sup>8</sup>, como também identificar e contribuir para a percepção e conhecimento dos alunos acerca das mudanças ocorridas no tecido urbano de Marabá nos últimos anos, assim como analisar os principais agentes envolvidos nesse processo.

Ainda de acordo com o questionário do APÊNDICE B, referente a pergunta 3, os conteúdos em sala de aula ainda destoam de sua realidade, pois apenas três alunos afirmam já ter estudado sobre a cidade (Gráfico 1). Acerca das respostas afirmativas os três alunos relataram sobre os conteúdos trabalhados sobre a cidade, os seguintes temas: rede urbana, equipamentos de saúde, saneamento básico e asfalto. Entretanto a maior parte dos alunos afirmaram não ter estudado ainda sobre a cidade, o que torna ainda mais importante a pertinência desse trabalho com o público alvo.

**Gráfico 1: Sobre o estudo da cidade de Marabá e do Núcleo São Félix (2018)**



Fonte: Pesquisa de Campo (2018)

O Gráfico 1 nos mostra que 16 dos 28 alunos, não percebem as transformações ocorridas no núcleo onde vivem. Já os 12 restantes afirmaram que conseguem perceber as mudanças que tem ocorrido no seu local de vivência, entre as mudanças que foram percebidas por esses alunos, cita-se: o aumento da violência, ausência de transportes públicos, problemas

<sup>8</sup> Análise do processo de produção e expansão do espaço urbano de Marabá, os agentes envolvidos na transformação do tecido urbano e como se deu essa transformação no núcleo São Félix, nesse caso por meio das ações do Estado através do PMCMV, com a construção do conjunto habitacional Residencial Vale do Tocantins.

na iluminação pública, equipamentos de saúde, alguns citaram o aumento da população nesse núcleo, asfalto ruim.

Dos 12 alunos que falaram sobre as mudanças ocorridas no bairro, 8 citaram a questão da violência, fator que mostra a situação de insegurança vivenciada pela população local. Essa evidência vai ao encontro com as necessidades elencadas pelos alunos ao responderem à pergunta 5 (APÊNDICE B) sobre o que faltava no bairro onde residem. Todos os alunos afirmaram faltar segurança onde moram, citaram também estar faltando hospitais, áreas de lazer, iluminação pública, transporte público, asfalto, saneamento básico e escolas.

O resultado da pergunta 5 nos direcionou a desenvolver uma atividade sobre a localização de serviços públicos de uso coletivo que será detalhado no tópico seguinte. O diagnóstico inicial junto aos alunos foi de grande importância para se repensar a metodologia a ser aplicada em sala de aula, em vista a atender tanto aos objetivos da pesquisa, como as necessidades dos alunos.

### **3.3 Aplicação da metodologia de ensino**

A metodologia de ensino seguiu a presente sequência:

- Aula com abordagem teórica sobre o processo de produção do espaço urbano e os agentes envolvidos, com o objetivo de identificar quais foram os agentes sociais que contribuíram para a expansão urbana de Marabá e do Núcleo São Félix;
- Análise das imagens retiradas do Google Earth em diferentes períodos para que os alunos observassem como a área urbana de Marabá e do Núcleo havia de expandido ao longo dos anos;
- Identificação e debate dos problemas urbanos vivenciados pelos alunos e seus familiares no Núcleo em que residem. Após a análise e o debate realizou-se uma atividade de espacialização dos equipamentos urbanos necessários para a qualidade de vida dos moradores, por meio de imagens entregues aos alunos do Núcleo do São Félix e símbolos referentes a esses equipamentos.
- A última etapa da sequência didática, tratava-se de uma pesquisa realizada pelos alunos, em grupos, no Residencial Vale do Tocantins, por meio da aplicação de questionários para verificarem as condições de vida dos moradores na área recém expandida. O resultado dessa atividade foi apresentada e debatido em sala de aula.



O primeiro contato com a turma do 7º ano C ocorreu no dia 12 de junho de 2018, com a aplicação do questionário diagnóstico, nesse mesmo dia junto com a professora de Geografia responsável pela turma, foi explicado aos alunos que nas semanas seguintes estariam sendo desenvolvidas atividades relacionadas ao estudo da cidade de Marabá e do Núcleo São Félix.

No dia 18 de junho de 2018, foi realizada a primeira aula teórica com alunos, no qual foi trabalhado os conceitos de agentes produtores do espaço (baseados no primeiro capítulo do presente trabalho), com o intuito de apresentar aos alunos os atores sociais envolvidos no processo de produção do espaço urbano e conseqüentemente na expansão de suas áreas.

Em paralelo a conceituação teórica foram feitas abordagens acerca da produção do espaço urbano de Marabá e como cada agente agia nesse processo (Sociedade, Estado e Capital Privado), foi dada maior ênfase para o agente Estatal devido a realidade vivenciada pelos alunos. Como foi abordado anteriormente, a maioria dos alunos residem nas casas do projeto governamental PMCMV. Nesse sentido pretendia-se analisar junto aos alunos como o Estado-governo atuam na organização e transformação dos espaços da cidade de Marabá e em específico no Núcleo São Félix.

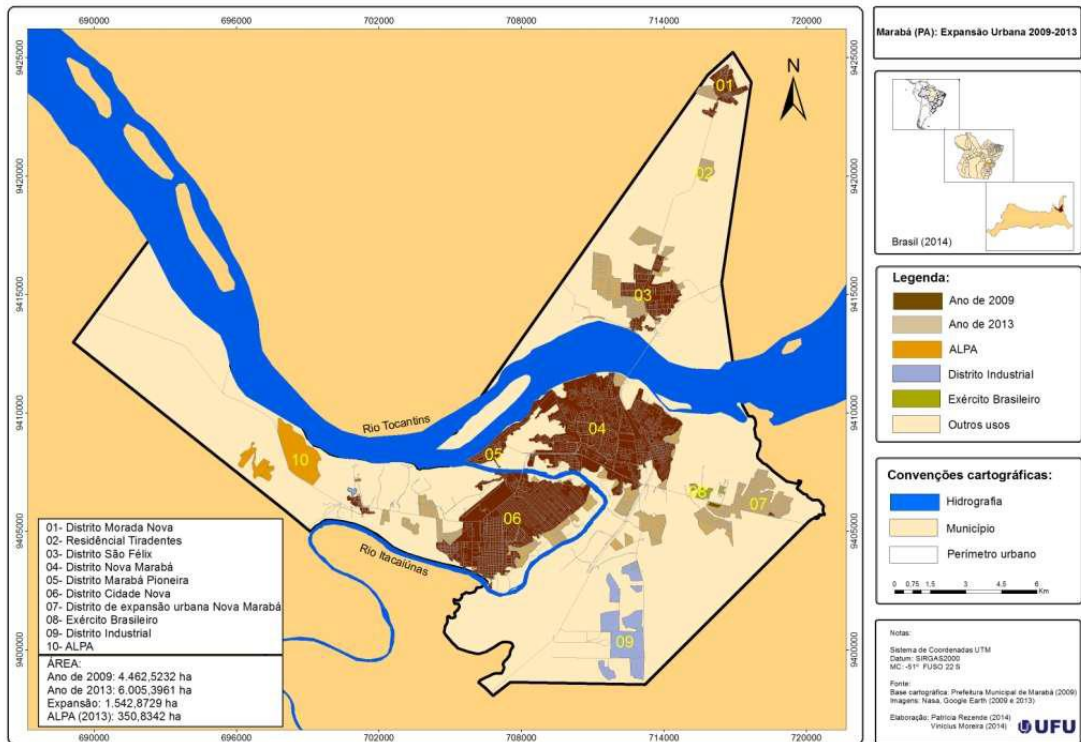
Evidenciou-se a forma como os alunos e seus familiares são direcionados pelo Estado (e por vezes privados) a consumir apenas determinados espaços da cidade, uma vez que não houve escolha do bairro para morar, bem como ter o acesso a outros lugares da cidade dificultados pela localização de suas moradias e carência de transportes públicos de qualidade.

Neste momento alguns alunos começaram a relatar as dificuldades que os mesmos encontram para poder se deslocarem para outros núcleos da cidade, ressaltando a demora do transporte público, mas que segundo eles, não tem outra alternativa, já que suas famílias não possuem veículo próprio.

Nessa mesma aula, através de imagens retiradas previamente do Google Earth (Figuras 3, 4 e 5) em diferentes períodos, foi pedido aos alunos que direcionassem atenção para a modificação na mancha urbana em datas diferentes. Os alunos começaram a participar comentando o período em que foram morar no núcleo, outros ficaram curiosos para identificarem e se localizarem nas imagens apresentadas a eles. Em seguida foi apresentado

um mapa da evolução da expansão urbana de Marabá ao longo dos anos (Mapa 4), evidenciando os fatores para esse crescimento<sup>9</sup>.

**Mapa 4: Evolução da expansão urbana de Marabá entre 2009 e 2013**



Fonte: Souza (2015)

<sup>9</sup> Lembra-se que as abordagens durante as aulas estão contextualizadas com o aporte teórico presente no primeiro capítulo.

**Figura 3: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2005**



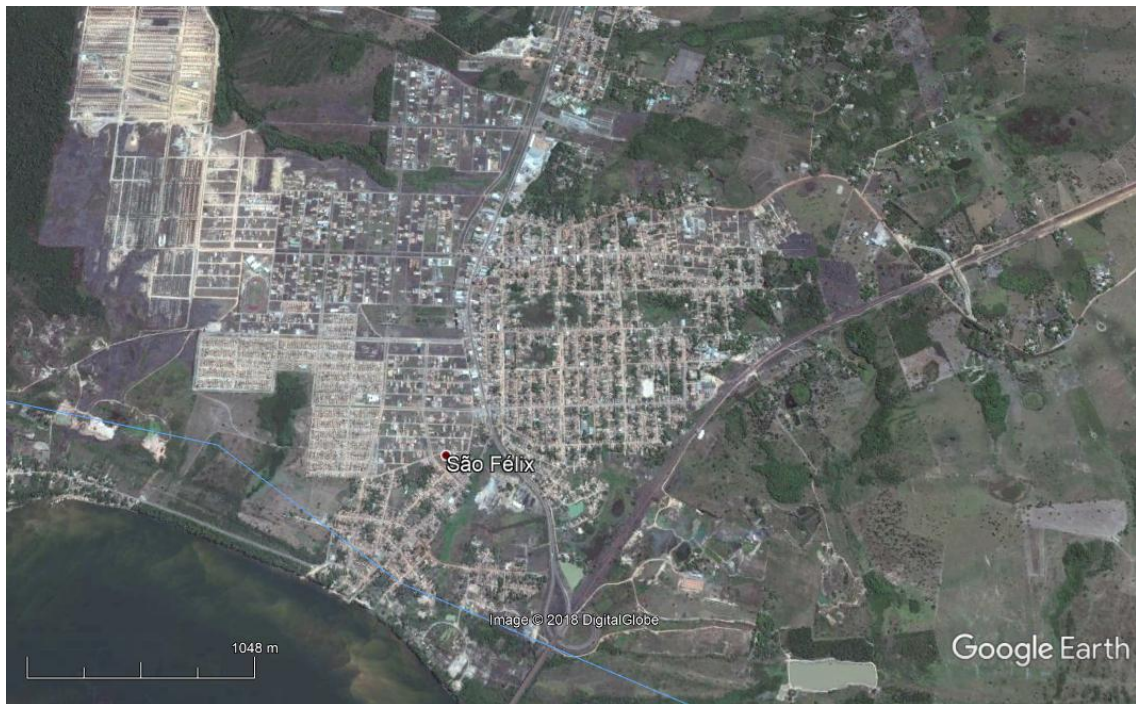
Fonte: Google Earth (2018)

**Figura 4: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2010**



Fonte: Google Earth (2018)

**Figura 5: Mancha Urbana do Núcleo São Félix no ano de 2018**



Fonte: Google Earth (2018)

Durante essa primeira aula com os alunos, foi possível perceber que eles estavam bastante agitados e curiosos pelas imagens e mapas que estavam sendo apresentados. Foi possível junto com os alunos analisar os agentes produtores do espaço urbano de Marabá e como essas ações resultavam na expansão urbana da cidade e consequentemente do Núcleo São Félix. Esse momento foi de grande importância para mostrar para os alunos que eles também produzem o espaço urbano e que podem interferir nesse processo.

Na aula do dia 19 de junho de 2018, foi feita a retomada de conteúdo da aula anterior com os alunos. A aula nesse dia tinha por objetivo abordar principalmente os problemas gerados pelo crescimento acelerado da cidade e sem planejamento, tendo como pauta também os problemas apresentados por eles no questionário diagnóstico. Desse modo a aula se iniciou com reportagens de jornais locais a respeito do crescimento da cidade de Marabá e reivindicações por parte da população acerca dos problemas urbanos, como podem ser observados nas Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Figura 6: Notícia do Jornal Tocantins sobre o crescimento de Marabá



Fonte: Souza (2015)

Figura 7: Reportagem local sobre o crescimento de Marabá



Fonte: Souza (2015)

Foi dado ênfase nas notícias dos jornais<sup>10</sup> que passavam a mensagem da cidade em crescimento, mas reiterando que apesar da expansão urbana das áreas de Marabá, a construção

<sup>10</sup> As Figuras 6 e 7 correspondem a notícias do ano de 2010, período em que ocorreu as mudanças na cidade de Marabá, com as construções de moradias mesmo com a paralisação da instalação da ALPA.



Figura 10: Protestos dos Moradores do São Félix no ano de 2014



Fonte: Souza (2015)

Figura 11: Protestos dos moradores do Residencial Tiradentes no ano de 2014



Fonte: Souza (2015)

As imagens apresentadas para os alunos os deixaram bastante eufóricos, realizando vários comentários acerca das condições vivenciadas por cada um deles e de seus familiares, demonstrando insatisfação em relação aos serviços urbanos. Durante esse debate foi dialogado a respeito da noção de cidadania, sobre espaços públicos, segregação, o aumento da violência, crescimento populacional, entre outros conteúdos que deram suporte ao debate.

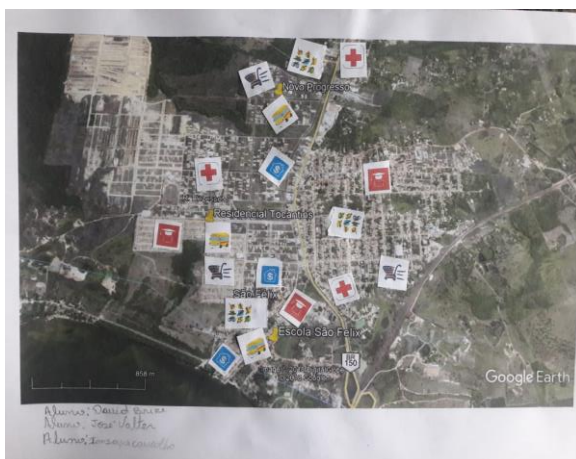
Esse momento permitiu refletir acerca das condições e diferenças entre os demais núcleos da cidade, no qual foi verificado maior e menor concentração de escolas, hospitais, bancos, áreas de lazer e até mesmo a questão da violência, que tanto foi ressaltada por eles, constatando a falta de assistência pelo poder público municipal.

Após o debate foi solicitado que se dividissem em grupos para a realização de uma atividade, que tinha por objetivo identificar locais do Núcleo do São Félix, que de acordo com a percepção dos alunos, apresentava carência de serviços como educação, saúde, lazer, entre outros. Assim, foi entregue símbolos que representassem cada um desses serviços, e os alunos em grupo deveriam colar esses símbolos nos bairros que necessitavam desses serviços.

A atividade em questão permitiu aos alunos espacializar e localizar (Figura 12) os lugares que necessitavam de serviços básicos para o cidadão, e que são necessários para a sua reprodução no espaço citadino, contribuindo também para a qualidade de vida.

Este momento proporciona ao aluno maior autonomia para analisar e refletir sobre o seu espaço de vivência, assim como identificar a distribuição desigual dos serviços urbanos, o que gera a segregação de grande parte população que reside na cidade, tendo o seu direito e acesso a ela negado, sendo esses efeitos agravados com o aumento da população e da área urbana, sem assistência do governo municipal no que se refere a suprir as novas demandas pelos serviços públicos.

**Figura 12: Atividade com os alunos sobre a distribuição dos equipamentos urbanos**



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O último encontro ocorreu no dia 26 de junho de 2018, no qual houve a exposição de trabalhos de pesquisa dos alunos do 7º ano C. A presente atividade visava finalizar a



sequência didática com o retorno dos alunos a respeito do que havia sido trabalhado nas últimas aulas. Dessa feita a atividade se organizou da seguinte maneira; os alunos foram divididos em grupos, no qual cada grupo recebeu 10 questionários para serem aplicados no bairro onde residem; o objetivo dessa atividade era instigar os alunos a investigar e pesquisar sobre as condições atuais desses bairros, pelo olhar dos próprios moradores. Assim os alunos deveriam apresentar os resultados no último encontro.

Objetivou-se que por meio da aplicação dos questionários os alunos passassem a conhecer mais sobre o bairro, sobre a sua infraestrutura, que pudessem pesquisar e estudar a partir da realidade vivenciada por eles, do seu contexto local, social, perceber a paisagem com novos olhares e críticos acerca das condições que o cercavam.

Os questionários aplicados pelos alunos no bairro onde residem, consistia em perguntar sobre a satisfação desses moradores em relação aos serviços urbanos disponibilizados no bairro, por que havia se mudado para o bairro, se gostavam de morar naquele local, o que mais lhe agradavam e o que faltava no bairro para que pudessem ter uma vida urbana de qualidade.

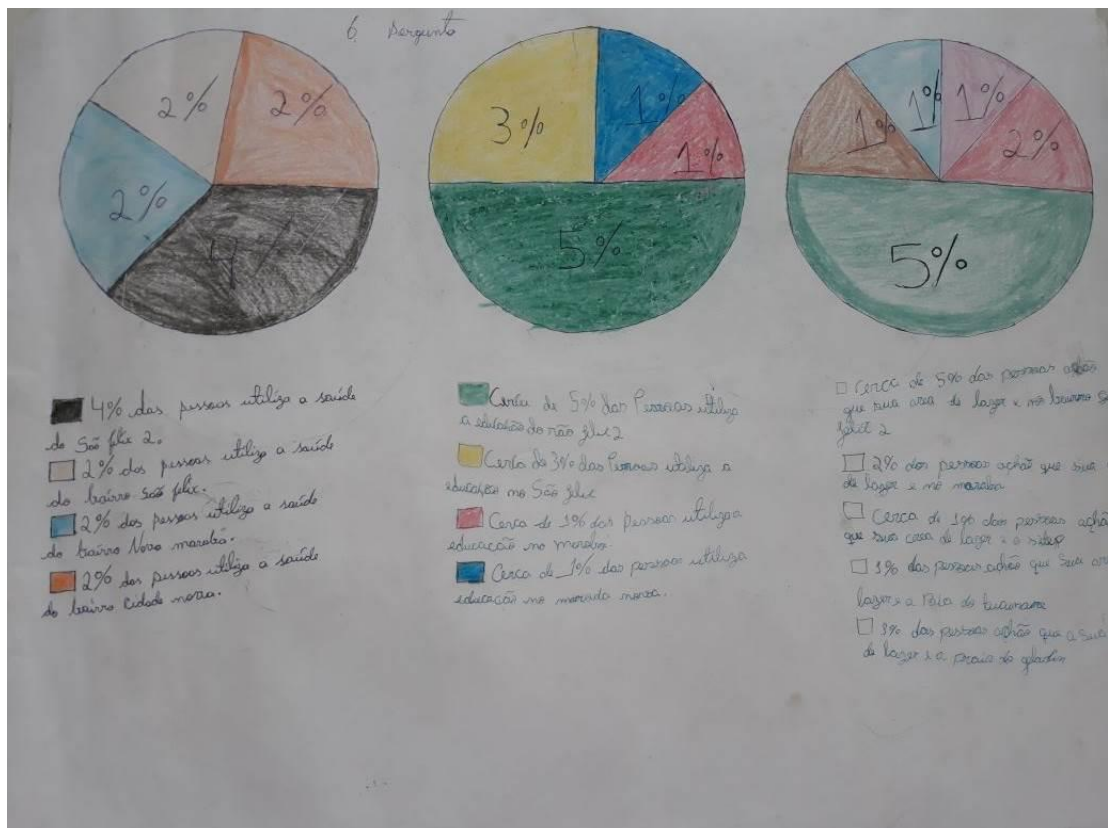
Os resultados foram apresentados pelos alunos em gráficos (Figuras 13 e 14), no qual eles deveriam fazer o levantamento das respostas concedidas pelos moradores e expor para a turma. Com base nos trabalhos expostos e nas explicações desenvolvidas pelos alunos, foi possível identificar que há grande insatisfação em relação ao bairro devido a problemas já citados, como a violência, dificuldade na mobilidade entre os núcleos, escolas, hospitais e áreas de lazer. Os alunos constataram que a maioria dos entrevistados não trabalham no núcleo do São Félix, necessitando se deslocar diariamente para os seus trabalhos, demandando de grande tempo no percurso casa-trabalho, trabalho-casa.

Figura 13: Trabalho realizado pelo grupo 1



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

**Figura 14: Trabalho realizado pelo grupo 2**



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Através dessa atividade os alunos puderam compreender a atual configuração espacial do Núcleo São Félix, bem como identificar a carência de serviços públicos de consumo coletivo. Além de identificarem os atuantes da produção e reprodução desse espaço. Ao compreenderem a forma de atuação dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano, estes alunos podem refletir sobre o seu papel de cidadão e os seus direitos, que conforme Cavalcanti (2008), é o direito a ter direitos, para tanto é necessário compreender a realidade vivenciada.

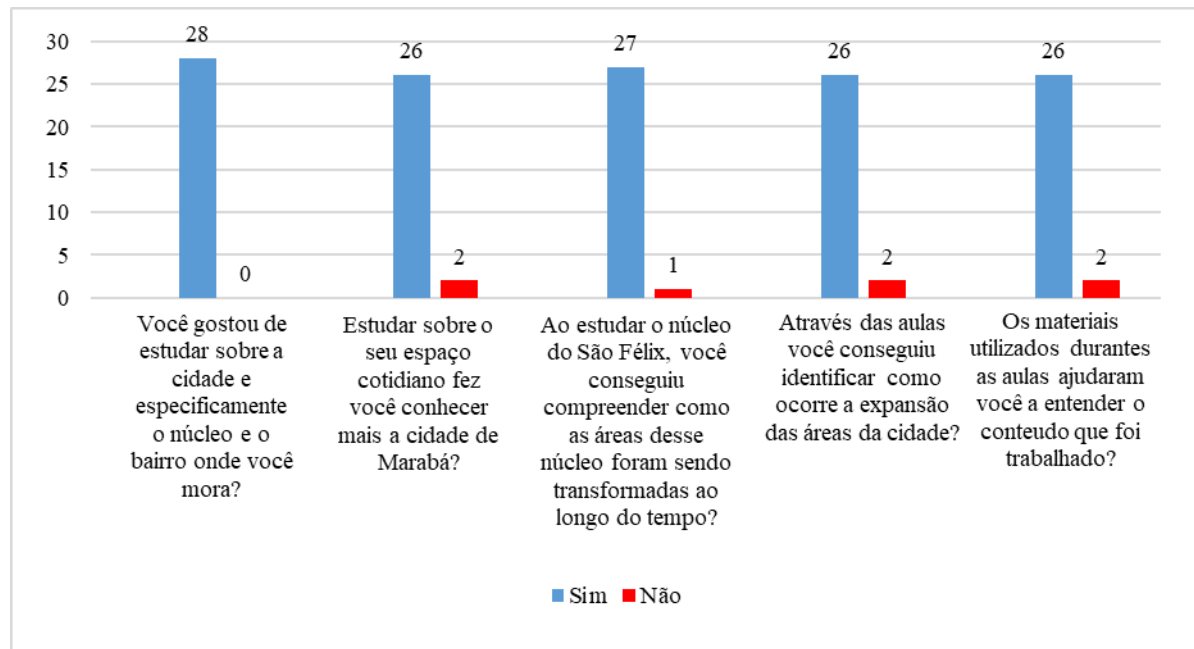
Ao final das apresentações foi aplicado um último questionário com o intuito de conferir o resultado da sequência didática aplicada sobre a expansão urbana de Marabá e do Núcleo São Félix, o qual será detalhado no tópico seguinte.

### 3.4 Análise dos resultados da aplicação da proposta de intervenção didática

Como foi exposto até o presente momento, a cidade é produto histórico e social da habitação humana, espaço de concentração e circulação de mercadorias e fluxos de pessoa,

sendo o espaço urbano produzido por agentes distintos e de forma desigual. A abordagem da cidade e do urbano são complexos, ao trabalhar com o 7º ano de ensino é necessário utilizar recursos que chamem a atenção e estimulem o debate em sala sobre as realidades vivenciadas por esses diferentes sujeitos.

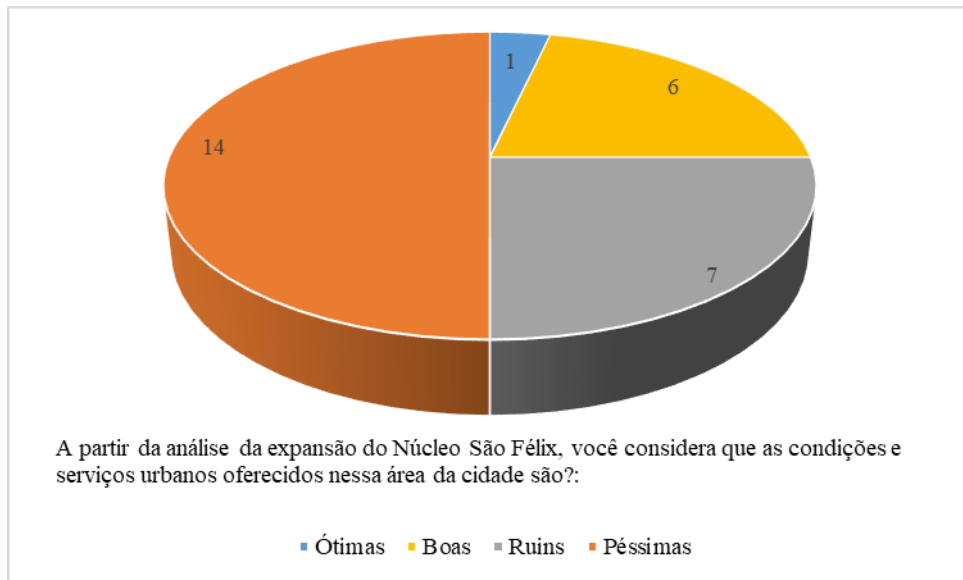
**Gráfico 2: Sobre a metodologia utilizada em sala**



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

De acordo com o Gráfico 2, pode-se perceber que a metodologia utilizada sobre a expansão urbana conseguiu alcançar grande parte dos alunos, não que se despreze os alunos que não ficaram satisfeitos ou não conseguiram compreender o proposto, isto apenas reforça a necessidade de sempre repensar as práticas educacionais. Desse modo, observa-se que com as atividades desenvolvidas os alunos puderam sair da rotina diária em sala de aula, como também confrontar o saber de vivência com o saber sistematizado sobre a temática trabalhada. Além do mais, eles puderam de ter contato com outros materiais além do livro didático.

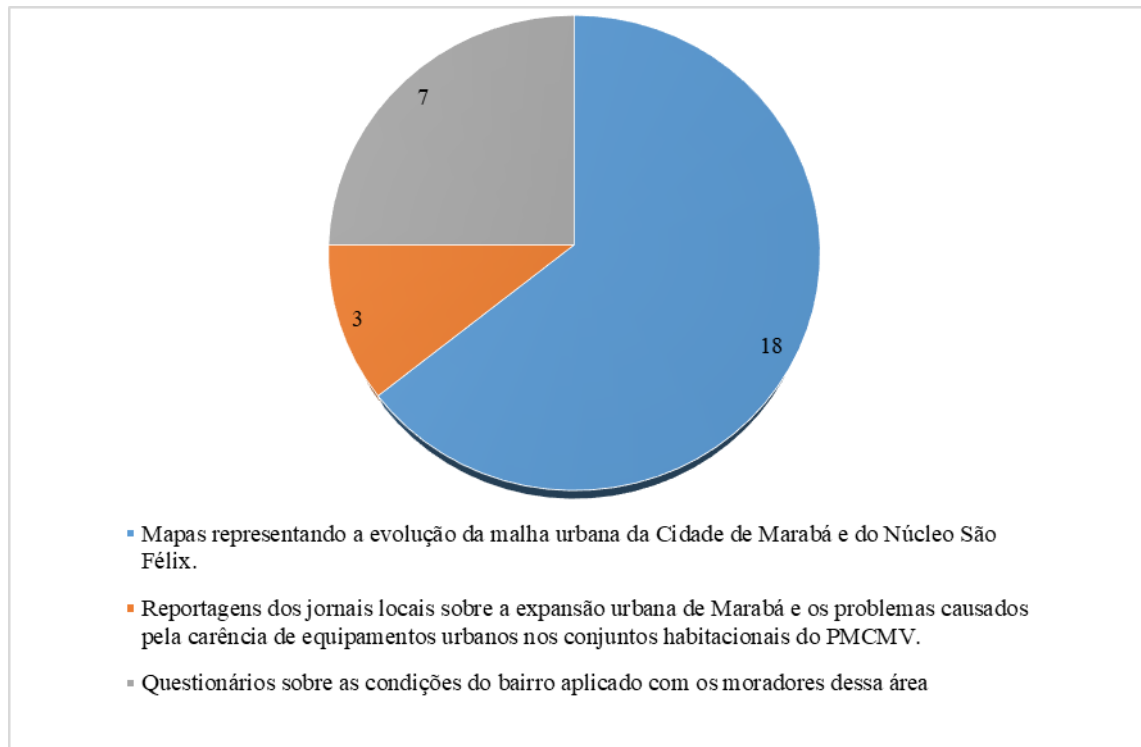
**Gráfico 3: Resultado da percepção sobre os serviços urbanos do bairro onde moram**



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

No gráfico 3 confirma-se a ideia que tem sido desenvolvida no decorrer do trabalho, acerca dos problemas gerados pelo crescimento do espaço urbano. Assim os alunos confirmam que a expansão urbana desacompanhada de planejamento só agravam os problemas antes vivenciados pela população. Intensificando o processo de segregação residencial, pela dificuldade em se deslocar entre um núcleo e outro, tendo o acesso e direito a cidade negados.

**Gráfico 4: Recurso utilizado que os alunos mais gostaram**



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Conforme o gráfico 4 é possível identificar, que assim como foi verificado com os professores no início desse capítulo, os mapas são de grande importância e necessidade para a análise dos espaços da cidade, dos 28 alunos participantes da pesquisa, 18 consideraram o trabalho com mapas mais atrativo e dessa forma mais significativo para a aprendizagem.

O ensino da cidade na disciplina de geografia a partir da realidade vivenciada é de grande contribuição para a compreensão dos sujeitos enquanto produtores do espaço urbano, assim como compreender as diferentes lógicas de produção e reprodução desse espaço, identificando como cada um desses se apropria e modifica os espaços da cidade.

Entender que essas ações não são isoladas se faz necessário, pois ao estudar o lugar, o local de vivência, é preciso também inserir no contexto regional, nacional e internacional para de fato compreender a lógica de produção de uma cidade. Nesse cenário de intensas transformações nos espaços citadinos e a crescente segregação das classes menos favorecidas, é de grande contribuição tornar o local de vivência como conteúdo escolar, para que se amplie a visão e reflexão dos problemas sociais vivenciados cada vez mais por essa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmado anteriormente a proposta de intervenção didática desenvolvida por este trabalho, busca contribuir para o ensino da cidade, tendo como referência além do saber prévio do aluno, a realidade espacial vivenciada por esses estudantes, com o intuito de tornar a aprendizagem significativa e atrativa.

Diante do exposto, a metodologia utilizada teve também como referência as proposições ora aqui apresentadas, nas quais o espaço local, as transformações urbanas, econômicas, sociais e políticas, os novos processos de produção e de organização espacial implicam uma visão crítica acerca dessas mudanças pela sociedade. Nesse sentido, é a partir do ensino da cidade e do urbano, espaço de reprodução social, que esses diferentes processos podem ser compreendidos.

Portanto, buscou-se através da didática aqui trabalhada, direcionar os alunos participantes da pesquisa, a analisar os fatores que levam os espaços da cidade a se expandir e os atores sociais envolvidos. Para tanto recorreu-se a sequência didática com o intuito de promover esse conhecimento por etapas e de forma progressiva. Reitera-se que a proposta de intervenção didática, necessita ser repensada a fim de alcançar não apenas parte dos alunos, mas sim o seu conjunto completo.

Para alcançar o proposto dessa pesquisa, utilizar a cidade local como base para se ensinar sobre a cidade e urbano no fundamental II proposto pelo PCN, fez-se necessário abordar conteúdos inerentes a esse tema, como segregação, atividades econômicas, migração, modos de vida, consumo e industrialização, assim como a relação desses fatores em diferentes escalas e suas implicações locais.

Como exposto, o processo de expansão urbana da cidade de Marabá, teve seu início por fatores físicos e posteriormente pelas ações dos programas do Governos Federal. Já na última década apresentou-se uma nova lógica para o crescimento dos espaços da cidade, pautados nas atividades do setor imobiliário, impulsionado pelo processo de instalação do Projeto ALPA na cidade de Marabá, mas que não foi findado. O Estado também interferiu no crescimento da cidade por meio da construção dos conjuntos habitacionais do PMCMV.

Dessa forma ensinar os processos de ocupação e expansão do espaço urbano de Marabá demanda cuidado e atenção em sua análise, uma vez que estes processos levam a

produção de formas desiguais no acesso à cidade, aos seus bens e serviços, agravando problemas antes vivenciados pela sociedade.

Nesse sentido afirma-se a importância da temática aqui trabalhada como forma de potencializar a consciência espacial dos seus cidadãos para que estes passem a pensar criticamente o espaço e os seus processos de formação, e assim contribuam de forma significativa e crítica nas transformações dos espaços da cidade.

Tendo em vista a forma de produção espacial estabelecida pelo capitalismo, este promovendo o acesso e produção do espaço de forma desigual, uma vez que concentra essa atividade para pequenos grupos, torna-se de grande valor entender o seu papel enquanto agente produtor do espaço urbano, reconhecendo-se como ser social ativo.

Os alunos residentes do Núcleo São Félix por meio da pesquisa desenvolvida, através dos questionários disponibilizados para eles, tiveram a oportunidade de ampliar o conhecimento construído em sala, com base em seus conhecimentos prévios, sobre os processos espaciais da cidade, como também observar por diferentes olhares as implicações das transformações urbanas na vida da população local, bem como compreender o papel do Estado da produção e transformação do espaço urbano.

Possibilitou-se também analisar as condições de vida geradas pelas ações do Estado por meio do PMCMV, e esses alunos como fazendo parte dos envolvidos, a partir da análise crítica dessas condições possam pensar no seu direito a cidade, contribuindo também para suas práticas espaciais cotidianas.

O presente estudo compreende o papel da escola como espaço privilegiado para debater sobre os processos sociais cotidianos, decorrentes de contextos políticos e econômicos. Assim o ensino da cidade se faz de grande importância para que se possa pensar de maneira crítica as práticas espaciais como forma de reivindicar o seu direito à cidade.



## Referências

- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n.º. 31, p. 133-142, 2012.
- BOTELHO, A. A produção do espaço e da moradia através das práticas do setor imobiliário: três casos paulistanos. In: **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 11-43.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do ensino fundamental**. Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-134.
- CALLAI, H. C. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, A.C. et al. (org.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. 5º ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associações dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 2010. p.55-60.
- CALLAI, H. C.; CAVALCANTI, L. S.; CASTELLAR, S. M. V.; A cidade, o lugar e o ensino de Geografia: a construção de uma linha de trabalho. In: CALLAI, H. C.; CAVALCANTI, L. S.; CASTELLAR, S. M. V. (Org.) **Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos**. São Paulo: Xama, p. 87-109, 2012.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157p.
- CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. CARLOS, A. F. A. (org.) In: **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 25-35. (Coleção Metageografia)
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.) In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. – 1.ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014, p. 53-74.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano**. – Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, L. S. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- CAVALCANTI, L. S. A problemática do ensino de Geografia veiculada nos Encontros Nacionais da AGB (1976-1986): ... **Boletim Goiano de Geografia**, 15(1): 35-55, jan/dez. 1995.

CAVALCANTI, L. S. Propostas Curriculares de Geografia no Ensino: Algumas Referências de Análise. In: **As Transformações do Mundo da Educação** – Geografia, Ensino e Responsabilidade Social. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, (14): p. 125-145, jan/jul. 1999.

CAVALCANTI, L. S.; A cidade ensinada e a cidade vivida: encontros e reflexões no ensino de geografia. In: CAVALCANTI, L. S. (Org.) **Temas da geografia na escola básica**. – 1ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2013.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. – 1.ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-52.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **A geografia na sala de aula**. – São Paulo: Contexto, 1999. – (Repensando o ensino)

GEBRAN, R. A. (org.). **Contexto Escolar e Processo Ensino Aprendizagem**. Arte&Ciência. São Paulo, 2004. p. 13-31.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. In: **Revista GEOUSP**, São Paulo, Nº 23, pp. 125-132, 2008.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991 – (Coleção repensando a geografia)

KAERCHER, N. A. PCN's: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 13, p. 30-41, 1997.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP** - Espaço e Tempo. São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

MARABÁ. **Proposta Curricular: Os múltiplos olhares sobre os caminhos da aprendizagem**. Marabá/PA: Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Diretoria de Ensino. Ensino Fundamental, 2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 16ª ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

PERA, C. K. L.; BUENO, L. M. M. Expansão urbana e as lógicas de produção do espaço: Estudo da Região Metropolitana de Campinas. XVII ENANPUR. **Anais**. São Paulo, 2017.

PNUMA et al. **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá**. Belém-PA: PNUMA/UN-HABITAT/IBAM/ISER, 2010.140p.

PONTUSCHKA, N. N. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. 6ª Ed. – São Paulo : Contexto, 2012. – (Caminhos da Geografia).

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L. e CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental).

RODRIGUES, J. C. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHÄFFER, N. O. A cidade nas aulas de geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Orgs.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. – 5ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 2010.

SILVA, Sandra Gallo da. **Cidade e Ensino de Geografia: contribuição a uma educação geográfica da e para a cidade**. – Porto Velho, 2008. 213p.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**--3. ed.--São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 53-64.

SOUSA, V. C. A cidade e o urbano na formação do professor de Geografia. In: **Anais do Seminário das Metrôpoles**. Goiânia: IESA/UFG. v. 1. p. 1-10, 2009.

SOUZA, M. V. M. Entre a Lógica da Necessidade e a de Mercado: Cenários Recentes da Produção do Espaço Urbano no Núcleo Cidade Nova, Marabá (PA). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.36, v.1, p.99-115, jan./jul. 2014.

SOUZA, M. V. M. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297f. Tese (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2015.

VASCONCELOS, P. A. A cidade, o urbano, o lugar. **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n°. 6, pag. 11-15, 1999.

## Apêndices

**APÊNDICE A** – Modelo de questionário aplicado com os professores de Geografia das escolas do Núcleo São Félix.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

Prezado Professor, gostaríamos de solicitar por gentileza a sua disponibilidade, para a contribuição da presente pesquisa *“A cidade no ensino de Geografia”*, com o preenchimento deste questionário. Solicitamos também as informações pessoais abaixo, caso haja a necessidade de tirar dúvidas durante a tabulação dos dados, reiteramos que suas informações pessoais não aparecerão na pesquisa, sendo identificado apenas por numeração.

Escola: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_ / E-mail: \_\_\_\_\_

### **A cidade no Ensino de Geografia**

1. É formado da área de Geografia? Sim ( ) / Não ( ), qual área? \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo exerce a função de professor? \_\_\_\_\_

3. Você trabalha com o conteúdo cidade nas aulas de Geografia? Sim ( ) / Não ( ), Por quê?  
\_\_\_\_\_

4. Na sua opinião, o ensino da cidade pode contribuir para a formação cidadã dos alunos e de suas práticas espaciais cotidianas?

Sim ( ) / Não ( )

5. Qual escala geográfica de análise utilizada para trabalhar a cidade nas aulas?  
\_\_\_\_\_

6. Quais os recursos utilizados para ensinar a cidade nas aulas de Geografia?  
\_\_\_\_\_

7. Na sua opinião, quais recursos faltam para trabalhar a cidade em escala local?  
\_\_\_\_\_

*\*Professor caso necessário, continuar resposta no verso da página.*

**APÊNDICE B** – Modelo de questionário diagnóstico aplicado com os alunos participantes da pesquisa.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

O presente questionário é parte da pesquisa sobre o ensino da cidade e a expansão urbana do núcleo São Félix.

Série \_\_\_\_\_ / Idade: \_\_\_\_\_

1. Em que bairro você mora?

\_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo você mora nesse bairro? \_\_\_\_\_

3. Você já havia estudado sobre a cidade de Marabá ou o Núcleo São Félix?

( ) Sim ( ) Não

Caso sua resposta anterior tenha sido sim, cite os assuntos que foram abordados sobre a cidade ou o Núcleo.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Você percebe as mudanças que ocorrem nos espaços da cidade e no seu bairro?

( ) Sim ( ) Não

Caso sua resposta seja sim, cite que mudanças você consegue perceber.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Na sua opinião o que está faltando no seu bairro para melhor qualidade de vida?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE C** – Modelo de questionário aplicado com os alunos participantes da pesquisa, para análise da metodologia utilizada sobre o estudo da expansão urbana do Núcleo São Félix.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

1. Você gostou de estudar sobre a cidade e especificamente o núcleo e o bairro onde você mora?

Sim ( ) / Não ( )

2. Estudar sobre o seu espaço cotidiano fez você conhecer mais a cidade de Marabá?

Sim ( ) / Não ( )

3. Ao estudar o núcleo do São Félix, você conseguiu compreender como as áreas desse núcleo foram sendo transformadas ao longo do tempo?

Sim ( ) / Não ( )

4. Através das aulas você conseguiu identificar como ocorre a expansão das áreas da cidade?

Sim ( ) / Não ( )

5. Os materiais citados acima ajudaram você a entender o conteúdo que foi trabalhado?

Sim ( ) / Não ( )

6. Quais materiais didáticos utilizados nas aulas sobre a expansão urbana de Marabá e do Núcleo do São Félix você gostou de estudar?

( ) Mapas representando a evolução da malha urbana da Cidade de Marabá e do Núcleo São Félix.

( ) Reportagens dos jornais locais sobre a expansão urbana de Marabá e os problemas causados pela carência de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais do PMCMV.

( ) Questionários sobre as condições do bairro aplicados com os moradores dessa área;

7. A partir da análise da expansão do Núcleo do São Félix, você considera que as condições e serviços urbanos oferecidos nessa área da cidade são:

Ótimas ( ) / Boas ( ) / Ruins ( ) / Péssimas ( )